

# **A EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO EM UMA SOCIEDADE DE CONTRASTES**

## **THE EFFECTIVE THE ELDERLY STATUS ON A CONTRAST OF SOCIETY**

RAQUEL OLIVEIRA DA SILVA\*

MARIA DVANIL D'ÁVILA CALOBRIZI\*\*

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta a pesquisa realizada junto aos idosos integrantes do Programa Eterno Jovens – Fundação Toledo e os idosos habitantes do município de Borebi. Tal estudo tem como objetivo analisar a efetivação do Estatuto do Idoso em uma sociedade contemporânea de contrastes. A tipologia da pesquisa realizada é de nível qualiquantitativo. O universo é composto por 80 sujeitos e a amostragem de 75%, totalizando 60 sujeitos válidos, 30 de cada cenário. Para a pesquisa quantitativa utilizou-se 60 sujeitos válidos e para a pesquisa qualitativa 20 sujeitos. Na coleta de dados fez-se uso do instrumental observação e entrevista estruturada, através de formulários com perguntas abertas e fechadas. Através da pesquisa constatou-se que as transformações ocorridas na sociedade geraram mudanças sociais presenciadas por toda população idosa. Concomitantemente a essas transformações está a desigualdade social, a conseqüente pobreza e o não acesso à informação, a bens e serviços públicos, que interferem diretamente na efetivação do Estatuto do Idoso, favorecendo àqueles que possuem meios de exercerem cidadania e excluindo os que não possuem acesso a esse Direito Social do Idoso.

**Palavras chave:** Envelhecimento. Sociedade Contemporânea. Direito Social.

\*Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi.

\*\* Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), graduada em Serviço Social – pela Instituição Toledo de Ensino (1989). Atualmente é assistente social - Escritório Jurídico- ITE/FUNDATO e professor titular - Instituição Toledo de Ensino.

## **ABSTRACT**

This paper presents the research that was done with the alderly members of eternal youth program-toledo foundation and the elderly inhabitants of Borebi town. This study aims to analyze the effectiveness of the elderly law research is qualitative and quantitative level. The universe is composed of 80 individuals and sampling of 75%, totaling 60 valid individuals, 30 of each scene. To quantitative research it was made use of 60 valid individuals and to qualitative 20 individuals. In the datacollection was made use of the instrumental observation and structed interview, using forms with open and closed questions. Through research it was found that the changes in society generate social changes witnessed by entire elderly population. Concurrently with the changes is social inequality, poverty that as the lack of access to information, public assets and services, directly interferes in the effectiveness of the elderly law, favoring those who have the means to exercise citizenship and excluding those without aces to the social law of the elderly.

**Key words:** Aging Contemporary society . Social law.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo do envelhecimento é inevitável e inerente a todo ser humano. Envelhecer é um processo tão natural quanto nascer, crescer e mudar, mudar no sentido de sofrer transformações acompanhadas das alterações que vão desde a aparência física a comportamentos e papéis sociais.

Enquanto a população geral mundial cresce anualmente a uma taxa de 1,7%, a população acima de 65 anos aumenta a uma taxa de 2,5% ao ano. Considerando-se a idade de 60 anos, em todo o mundo, espera-se um aumento de 605 milhões, em 2000, para 1,2 bilhões, no ano de 2025.

A partir do último quarto do século XX, o interesse pelos assuntos gerontológicos tornou-se, pela primeira vez na história da humanidade, tão relevante que houve uma preocupação maior com essa população, que exige atenção às suas necessidades mais básicas, quanto aos seus direitos.

O surgimento de novas necessidades decorrentes do fenômeno do envelhecimento e das condições estruturais e históricas em que esse fenômeno é produzido traz à tona o entendimento de que essas necessidades dizem respeito não só à dimensão biológica, mas também psicológica, econômica, social e de cidadania das pessoas idosas.

O Brasil durante décadas foi considerado um país jovem, mas aos poucos, vem enxergando uma imagem mais madura na frente do espelho.

Essa realidade nos faz pensar nas possibilidades de intervenção, parceria e construção de história, com esses seres portadores de historicidade, dignidade e principalmente de subjetividade. Diante dessa realidade, que tem como pano de fundo a desigualdade social, a injustiça, a exclusão, fica evidente a necessidade de profissionais e pesquisadores se atentarem a esse contexto, levando em consideração todas as transformações ocorridas na sociedade, que afetaram diretamente a vida desses sujeitos.

A pesquisa será de grande relevância às instituições envolvidas e mais especificamente aos profissionais atuantes na área, pois apresentará um estudo de grupo com idosos que vivenciam realidades totalmente opostas e mostrará, através de dados, o exercício da

cidadania nesses diferentes contextos sociais, permitindo aos envolvidos terem uma maior compreensão do assunto, o que facilitará no desenvolver de suas ações.

O tema do estudo trata sobre a efetivação dos Direitos Sociais dos Idosos, frente a uma sociedade de contrastes, onde a desigualdade social é predominante em todo espaço territorial. A pesquisa foi desenvolvida junto aos idosos do Programa Eterno Jovens, grupo pertencente a Fundação Toledo de Bauru que trabalha com idosos com idade a partir de 50 anos, de ambos os sexos, sendo que a participação feminina é bem mais significativa e em sua maioria são moradores da região noroeste de Bauru.

Tem como objetivo atender a população da terceira idade, proporcionando ambiente construtivo de renovação de vida, buscando superar estigmas que levam o idoso à margem da sociedade, procurando preservar o bem estar físico, mental e social, estimular a participação, valorizando a troca de informação e experiências.

As atividades desenvolvidas no Programa Eterno Jovens têm por objetivo contribuir para uma consciência ampla no enfrentamento dos desafios do novo milênio em relação às questões da maturidade e do envelhecimento, através de palestras informativas, oportunizando um contato maior com a modernidade, bem como atividades lúdicas como bingos, passeios externos, garantindo assim o desenvolvimento da convivência. Os idosos do Município de Borebi, SP, não integram nenhum grupo de convivência social e portanto, não participam de atividades coletivas. A pesquisa foi realizada de fevereiro a novembro de 2010.

A partir do tema da pesquisa, estabeleceu-se o objetivo geral do referido estudo, sendo ele o de analisar a efetivação do Estatuto do Idoso em uma sociedade contemporânea de contrastes, verificando através de dados se a desigualdade social interfere na efetivação dos direitos sociais, bem como os objetivos específicos: levantar o perfil dos idosos do Programa Eternos Jovens e dos idosos habitantes do Município de Borebi, avaliar o grau de conhecimento dos idosos sobre o Estatuto do Idoso, revelar a importância da informação na realidade do idoso, identificar as dificuldades enfrentadas pelos idosos no acesso aos direitos sociais e verificar as ações do assistente social no processo de efetivação dos direitos sociais.

Tendo como problema central se é possível a efetivação da Estatuto do Idoso em uma sociedade de contrastes a hipótese é que, diante dos fatos observados e levando em consideração o conceito de sociedade contemporânea que tem se caracterizado por um conjunto de acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais que discutem mecanismos clássicos do direito, exigindo, pois, dos operadores e pesquisadores de toda área social respostas

eficazes para a configuração da complexibilização desses fatores, embora as dificuldades não inexistam, é visível que a efetivação em meio a essas transformações fica cada vez mais vulnerável, já que o exercício da cidadania não é mais tido como prioridade e os interesses vão muito além do ser social.

A realidade vivenciada pelos idosos não é vista como um empecilho na efetivação dos direitos sociais desde que esses tenham consciência dos seus direitos e saibam, através da participação social, exercer a sua cidadania.

Para a realização do estudo, primeiramente obteve-se conhecimento do assunto, através de uma aproximação ao tema com levantamentos bibliográficos de diferentes autores, através de livros, artigos periódicos, materiais disponibilizados na internet.

O método de abordagem é o dialético, fornecendo as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, tendo em vista que os fatos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente; para se entender os fatos sociais devem-se considerar todas as influências possíveis, sendo elas políticas, econômicas e culturais. Segundo Sishirolo (1980, p. 30), a dialética é a arte do diálogo, onde se pode confirmar tal fato nas palavras de Oliveira (2002, p. 67), a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio da formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro, assim, entende-se que, como a filosofia tem o hábito de questionar, o pensamento humano tem o hábito de problematizar a realidade de forma crítica.

A tipologia da pesquisa será de nível quali quantitativo. Qualitativa, pois se buscará revelar sentimentos, valores, significados e concepções dos sujeitos, visto que toda pessoa é portadora de cultura. Valorizou-se o sujeito como elemento participante do fato histórico, que será interpretado partindo do particular para o geral e quantitativa, pois obter-se-á dados numéricos que permitirá revelar o perfil dos dois grupos estudados.

O universo de uma pesquisa é o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características, refere-se ao total de pessoas envolvidas. Esta pesquisa conta com um universo de 80 pessoas, sendo 50 idosos do programa Eterno Jovens e 30 idosos habitantes do município de Borebi, escolhidos de forma aleatória e sem nenhum critério de escolha. A amostra da pesquisa é a porção ou parcela conveniente selecionada do universo, fez-se uso de uma amostragem de 60 sujeitos válidos, perfazendo 75% do universo, para a pesquisa quantitativa utilizouse 60 sujeitos e para a pesquisa qualitativa 20 sujeitos válidos (40% do universo).

Para verificar se as questões que utilizou-se para a coleta de dados apresentavam validade e operatividade, aplicou-se o pré-teste com o objetivo de avaliar a existência da necessidade de alterar o instrumento. Utilizou-se uma sub amostra de 10 sujeitos para aplicação do pré-teste, não houve a necessidade de alterá-lo.

Para a coleta de dados, faz-se uso de instrumental observação, para adquirir um conhecimento claro e preciso. Mais especificadamente, utilizou-se a observação sistemática participante, a entrevista estruturada, através de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas aos 20 sujeitos válidos para a pesquisa qualitativa, tendo como objetivo obter dados que interessassem em nossa investigação e o instrumental diálogo, com o objetivo de obter uma maior compreensão dos fatos e da realidade vivida pelos idosos.

A aplicação dos formulários ocorreu nas instalações do programa Eterno Jovens e nas residências dos idosos do município de Borebi, realizados no mês de setembro de 2010, sendo entrevistados 20 sujeitos, 10 idosos de cada grupo pesquisado. As perguntas do formulário foram divididas em dois eixos, sendo eles: o perfil dos idosos envolvidos na pesquisa, que possibilitou conhecer as características dos sujeitos envolvidos e a efetivação do Estatuto do Idoso na atual sociedade de contrastes onde verificou-se a concepção dos idosos sobre envelhecimento social e velhice, analisando suas concepções, permitindo conhecer através dos relatos qual é a opinião dos idosos sobre as transformações sociais e buscou observar de cada sujeito a sua concepção e seu entendimento sobre Direito Social e o Estatuto do Idoso. Na coleta de dados fez-se o uso do gravador, a fim de obter maior precisão nas informações.

Finalizou-se a coleta de dados com a realização da análise dos dados, que possibilitou interpretar todos os dados coletados, concluindo que a teoria pesquisada está inteiramente ligada aos objetivos propostos.

## **2 A EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO EM UMA SOCIEDADE DE CONTRASTES.**

### **2.1 Identificando os cenários do estudo.**

### **2.1.1 O Programa Eterno Jovens.**

A FUNDATO – Fundação Toledo, é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, constituída em 23 de dezembro de 1966 através de seus instituidores Sr. Antonio Eufrásio de Toledo e sua esposa Sr<sup>a</sup> Maria do Carmo Leite de Toledo, com sede própria e duração indeterminada no foro de Bauru. Tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos a comunidade Bauruense, priorizando a região oeste, onde mais se concentra a população empobrecida da cidade.

O NAF – Núcleo de Apoio Sócio Familiar – Parque Real foi implantado no ano de 2005 em um espaço cedido pela Diocese de Bauru Região Pastoral Quatro – RP4. É uma Instituição de natureza privada, da área da Assistência Social, mantido e coordenado pela parceria financeira entre FUNDATO – Fundação Toledo e SEBES – Secretaria do Bem Estar Social e tem como finalidade a prestação de serviços gratuitos às comunidades do Parque Real, Santa Cândida, Val de Palmas, Leão XIII, Parque Viaduto, Vila Industrial I, II, III, Alto Paraíso, Vila Dutra, Vila Celina, Parque São João e Santa Filomena, com intuito de propiciar condições para o desenvolvimento pessoal e profissional, na busca pela emancipação econômica e social de sua população usuária.

De acordo com a Nova Política de Assistência Social, através do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, que objetiva a proteção das famílias mediante o trabalho em rede, o NAF-Real é prestador de Serviços Sócio Assistencial da Rede de Proteção Básica e oferece serviços de Pronto Atendimento Social, Programa de Inclusão Produtiva, Programa Eternos Jovens e Preparação para o Primeiro Emprego, efetivando estratégias de enfrentamento do desemprego e da pobreza, através de um trabalho em conjunto ao interesse da população usuária, que possa resultar na emancipação econômica e social da mesma.

A Preparação para o Primeiro Emprego, está voltado à jovens entre 15 e 18 anos, com atividades que possibilitem aos mesmos o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, utilizando-as na busca pela primeira colocação ou de outras experiências profissionais, contribuindo ainda para facilitar e melhorar a qualidade de vida deles e de suas famílias.

O Programa de Inclusão Produtiva tem como objetivo despertar e aprimorar os talentos da população atendida na confecção de materiais artesanais que possam ser vendidos e converterem-se em renda às mesmas. Além da parte de aprendizagem (artesanal), são

trabalhados módulos de Desenvolvimento Pessoal (higiene, criatividade, qualidade de vida, liderança...) e Gerencial (associativismo, cooperativismo, fontes de financiamento...) objetivando formar e fortalecer estes grupos e suas famílias na busca da emancipação financeira.

O Pronto Atendimento Social tem como objetivo acelerar o processo de inclusão social de famílias vulnerabilizadas sócio economicamente, através do atendimento às suas necessidades imediatas e emergenciais, as quais favorecerão sua emancipação social, acessando bens e serviços a que tem direito, realizando para tal, um trabalho em articulação com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

O Programa Eterno Jovens tem como objetivo atender a população da terceira idade, proporcionando ambiente construtivo de renovação de vida, buscando superar estigmas que levam o idoso à margem da sociedade. Procurando preservar o bem estar físico, mental e social, estimular a participação, valorizando a troca de informação e experiências.

As atividades desenvolvidas têm por objetivo contribuir para uma consciência ampla no enfrentamento dos desafios do novo milênio em relação às questões da maturidade e do envelhecimento, através de palestras informativas, oportunizando um contato maior com a modernidade, bem como atividades lúdicas como bingos, passeios externos, garantindo assim o desenvolvimento da convivência.

Despertar a melhor forma em redescobrir interesses que reequilibrem socialmente e retardando as manifestações negativas que podem surgir com o passar do tempo e contribuir para a elevação da autoestima e melhoria na qualidade de vida.

O grupo é formado por idosos com idade a partir de 50 anos, de ambos os sexos, sendo que a participação feminina é bem mais significativa, e em sua maioria são moradores da região noroeste de Bauru.

### **2.1.2 O Município de Borebi**

Borebi localiza-se no estado de São Paulo. Foi criado pela lei 6645 de 09/01/1990 e instalado em 01/01/1993, sendo sua área proveniente do município de Lençóis Paulista. O município é formado somente pelo distrito-sede.

Com 2.172 habitantes em 2007, o município apresentava, no ano de 2000, um predomínio de homens e uma estrutura populacional formada principalmente por adultos. Verifica-se um maior número de pessoas na faixa de 0 a 4 anos.

Quanto aos indicadores de educação, Borebi tinha, em 2000, 97% de pessoas frequentando curso de nível fundamental o que o coloca em situação superior à estadual e superior à nacional. A escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade foi a seguinte: 22,94% “sem instrução ou menos de 1 ano de estudo”; 1,53% com “1 a 4 anos de estudo”; 19,37% com “5 a 8 anos de estudo”; 5,20% com “9 a 11 anos de estudo”; 1,53% com “12 anos ou mais de estudo”.

No que se refere ao rendimento familiar *per capita*, Borebi possuía, em 2000, a maior parte de suas famílias concentradas na classe “mais que 1 até 3 salários mínimos” (47,08%), seguida da classe “mais que meio até 1 salário mínimo” (28,17%) e da “até meio salário mínimo” (17,21%). Cabe ressaltar que a proporção de famílias sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo situava-se acima daquela registrada no Estado e abaixo da do País.

Em 2005, a agropecuária constituía o setor mais expressivo da economia municipal, seguido dos serviços (exclusive administração pública). Segundo dados do IBGE 2006, da Produção Agrícola Municipal, destacam-se, no município, as atividades da lavoura. Cana-de-açúcar é o principal produto da lavoura temporária. Café (beneficiado) é o principal produto da lavoura permanente. O rendimento da cultura Cana-de-açúcar, de 85500kg/ha, é superior ao do Brasil, de 74418kg/ha. Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, de 2006, apontam, para o município, valores representativos. Conforme aponta a Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, do IBGE, em 2006, este município tem atividades agrícolas relacionadas à silvicultura de madeira e lenha.

Nota-se com a leitura dos dados do Censo 2007 que a cidade de Borebi é um município de pequeno porte, sua economia baseia-se nos rendimentos obtidos com o corte de cana e agricultura.

Numa visita à cidade pode-se perceber que o município não oferece muitas possibilidades ao idoso de acesso aos direitos sociais, já que não são divulgados e não são viabilizados, através de programas projetos e serviços, o acesso a esses direitos.

A realização desta pesquisa baseou-se no levantamento de dados de 30 idosos de cada grupo, escolhidos de forma aleatória sem nenhum critério de escolha. Os pontos pesquisados foram:

## 2.2 Conceituando envelhecimento

A questão do idoso passa a ter maior enfoque na sociedade com o fenômeno do envelhecimento populacional que está ocorrendo em todo o mundo.

Segundo Pickles (1988, p. 78):

O aumento acentuado do número de idosos trouxe conseqüências para a sociedade e, obviamente para indivíduos que compõem esse segmento etário. Era necessário buscar os determinantes das condições de saúde e de vida dos idosos e conhecer as múltiplas facetas da velhice e do processo de envelhecimento. Ver esses fenômenos simplesmente pelo prisma biofisiológico é desconhecer a importância dos problemas ambientais, psicológicos, sociais, culturais e econômicos que pesam sobre eles. Ao contrário, é relevante ter uma visão global do envelhecimento como processo e do idoso como ser humano.

Nas sociedades tradicionais, o envelhecimento era concebido como sabedoria, como aponta Secco, (2003, p. 86)

A concepção do „ser velho“ se revestia, assim, da sacralidade, uma vez que cabelos eram incubidos de efetuar a ligação com os antepassados, unindo vivos e mortos em uma cadeia cósmica. A velhice...encontrava-se relacionada, portanto, à noção de força vital e era, por isso, uma etapa prestigiada da existência humana

Severo (1999, p.) diz que o envelhecimento é um fenômeno universal que teve lugar em todas épocas, culturas e civilizações. É o resultado da acumulação de experiência cultural e científica ao longo da história.

O envelhecimento tem sido considerado historicamente através de duas fortes e opostas perspectivas: uma que o reconhece como etapa final da vida, a fase de declínio que culmina na morte, e a outra, que o concebe como fase da sabedoria, da maturidade e da serenidade.

Segundo Busse e Blazer, (1999, p. 481):

O termo “envelhecer” nos organismos vivos, geralmente refere-se aos efeitos adversos da passagem do tempo, embora ocasionalmente o termo refira-se aos processos positivos de maturação ou aquisição de uma qualidade desejável, designa alterações físicas que se desenvolvem na idade adulta, resultando em um declínio na eficiência do funcionamento e terminando na morte.

O aumento da proporção de idosos é um fenômeno mundial e muitos países não se prepararam para esse acontecimento. À medida que a globalização foi criando uma proporção muito grande, a questão social foi sendo deixada de lado e principalmente quem não estava ativo para a sociedade capitalista, principalmente em questão de idade, ou seja, os idosos ficaram excluídos da vida em sociedade e então, não só os idosos, mas também os que se aproximam da 3ª idade vivenciaram e continuam vivenciando muitos desafios nessa nova fase de vida.

Segundo Portella (2004, p. 12):

Neste momento histórico, social e econômico pelo qual estamos passando, a realidade do idoso é constrangedora. Grande parcela da população idosa tem o constrangimento de vivenciar o processo de exclusão social. A exclusão da velhice é a face

anônima e certamente a mais silenciosa e cruel consequência do envelhecimento vivido nas atuais condições de produção e organização econômica.

Existe uma dificuldade de mensurar como se processa o envelhecimento sob o aspecto biológico, visto que este dá início desde a concepção do indivíduo, acompanhando-o até a sua morte. Entretanto, cronologicamente a pessoa é considerada idosa a partir dos 65 anos de idade nos países desenvolvidos e aos 60 nos países em desenvolvimento.

O envelhecimento é um processo normal, individual e gradativo, que caracteriza uma etapa da vida onde ocorrem modificações fisiológicas, bioquímicas e psicológicas em consequência da ação do tempo. É uma fase onde ocorrem manifestações somáticas no ciclo natural da vida, pois se caracteriza pela perda progressiva da capacidade de adaptação e de reserva do organismo diante das mudanças que irão influenciar de maneira decisiva na vida do idoso.

Segundo Vandervoort (2000, p. 67):

[...] o aspecto biológico normal leva à diminuição das reservas funcionais do organismo. Essas alterações podem ser observadas no organismo do ser humano idoso: muscular, ósseo, nervoso, circulatório, pulmonar, endócrino e imunológico.

Representa uma etapa do desenvolvimento individual, sendo que a característica principal é acentuada pela perda da capacidade de adaptação, e menor expectativa de vida, isto significa excessiva vulnerabilidade e reduzida viabilidade diante das forças normais de mortalidade.

A velhice não é apenas a deteriorização orgânica mas o que ocorre são perdas físicas, anunciando ou atestando o surgimento de doenças degenerativas, diminuição de força e vitalidades orgânicas. Perdas psíquicas, representadas pelo declínio da memória, diminuição ou anulação da vida afetiva, desinteresse em adquirir novos conhecimentos.

Segundo Rodrigues (2000, p. 12):

O envelhecimento é um processo universal, é um termo geral que segundo a forma em que aparece, pode se referir a um fenômeno fisiológico, de um comportamento social, ou ainda cronológico isto é, de idade. É um processo em que ocorre mudança nas células, nos tecidos e no funcionamento de diversos órgãos.

Dentro do processo do envelhecimento várias mudanças são comuns, cabe ressaltar que além dos aspectos físicos e fisiológicos, há uma grande mudança no aspecto psicossocial, onde ocorrem diversas alterações trazendo ao ser humano, mudanças psicológicas. O estado emocional de um idoso implica na contextualização de sua história de vida, suas reações emocionais provavelmente estão diretamente relacionadas com a vivência que acumulou no transcorrer de sua existência.

De acordo com Zimermann (2000) essas mudanças psicológicas podem resultar em dificuldades de se adaptar a novos papéis, falta de motivação e dificuldades de planejar o futuro.

Zimermann (2000, p. 57) ainda afirma que:

Assim como as características físicas do envelhecimento, o caráter psicológico também está relacionado com hereditariedade, a história e com atitude de cada indivíduo. Sendo assim indivíduos mais saudáveis e otimistas tem mais condições de adaptarem-se as transformações trazidas pelo envelhecimento. São mais propensas a verem a velhice como um tempo de experiência acumulada, liberdade para assumir novas ocupações.

A imagem positiva da velhice contemporânea, segundo afirma Lopes (2000) parece ter contribuído para o interesse que a sociedade brasileira passou a nutrir pelo tema, estimulando e efetivando a criação de Programas para a terceira idade, com distintos perfis econômicos, o

que também “[...] confirmam a possibilidade de a velhice ser vivida com uma imagem positiva” (LOPES, 2000, p.28).

Nessa tarefa não se pode esquecer que, relacionados aos fenômenos e processos mencionados, há outros, estruturais, com suas inevitáveis consequências, que hoje mobilizam e desafiam os formuladores e executores de políticas, especialmente as dirigidas aos mais pobres. Um deles, diz respeito ao fato de – desde os anos 1980 - o mundo viver sob a égide de um modelo socioeconômico global, denominado neoliberal, que é avesso à extensiva e autônoma realização de políticas sociais públicas, tal como aconteceu entre os “gloriosos” anos de 1945 a 1975, nas democracias centrais.

Em vista disso, tem prevalecido mundialmente, um tipo de regulação econômica e social, guiado pelo mercado, que não só restringe a participação do Estado na garantia de direitos, mas também cerceia a autonomia das nações para adotarem as políticas que melhor lhes convenham. No rastro dessa nova regulação, impõe-se a exigência da flexibilização dos empregos e dos salários para enfrentar problemas inflacionários e a chamada crise fiscal do Estado, o que contribui para o aumento do desemprego e da desproteção social em geral.

Ocorre que o fenômeno do envelhecimento com toda a sua pujança e necessidades, se dá nesse contexto desfavorável à proteção social pública. E, como se não bastasse, se dá também num momento em que a família agora redescoberta como possível absorvedora de riscos criados por esse e quatro outros fenômenos e processos – entre os quais o mau funcionamento do mercado de trabalho - está se reestruturando e não pode assumir cuidados e encargos como acontecia no passado. Pelo contrário, hoje a família também está exigindo maior tratamento analítico e segurança social, pois suas demandas e necessidades também são crescentes.

Em suma, as evidências empíricas permitem afirmar que os riscos sociais que decorrem das novas mudanças societárias – ou do advento da chamada sociedade pós-industrial – dizem respeito, principalmente, ao envelhecimento da população; à pobreza e desigualdade social causadas pelo desemprego estrutural; às mudanças na estrutura e nas funções da família (CABRERO 1997) e à diminuição da proteção social pública. Isso tem criado sérios dilemas para a política social contemporânea ao mesmo tempo em que impõe limites ao enfrentamento adequado dos referidos riscos pelo Serviço Social, embora não só a ele.

### **2.2.1 A situação social do idoso no Brasil.**

A longevidade da população tem muitos desafios e conquistas, como cita Veras, (2003, p.05), pois é um fenômeno mundial que traz importantes repercussões nos campos sociais e econômicos.

O Brasil possui cerca de 19 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa mais de 10% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas do órgão indicam que esse contingente atingirá 32 milhões em 2025 e fará do País o sexto em número de idosos no mundo. É o grupo etário que mais cresce no Brasil.

Estudos sobre o envelhecimento de nossa população informam que esse segmento vem tendo um crescimento acelerado. Assim sendo, temos a expectativa de que, no ano 2025, estaremos com um contingente de idosos da ordem de, aproximadamente, 32 milhões de pessoas. Conforme Veras e Camargo (1995), o Brasil deverá ocupar o sexto lugar no mundo em população idosa. Essa possibilidade impõe a necessidade de desenvolvermos políticas públicas que atendam às demandas desse segmento por saúde, educação, assistência social, enfim, por condições dignas de vida.

O envelhecimento da população é reflexo, principalmente, dos avanços da medicina moderna, que permitiram melhores condições de saúde à população com idade mais avançada, fato que se repete em vários países. Além de viver mais, os idosos brasileiros também obtiveram melhoria da renda nos últimos dez anos. Mais de 80% das pessoas acima de 60 anos ganham ao menos um salário e a grande maioria recebe aposentadoria e pensões. Mas, apesar de estarem aposentados, muitos idosos continuam no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, quase seis milhões de pessoas com mais de 60 anos trabalham, representando 30,9% do total. Mesmo na população com 70 anos, o percentual é significativo: 18,4% têm atividade remunerada.

Não por acaso os idosos são responsáveis pela manutenção de 25% das casas no País e possui potencial de consumo de R\$ 7,5 bilhões, o dobro da média nacional, de acordo com a pesquisa da empresa de consultoria Indicator GFK.

“Com poder de compra diferente do dos jovens, o idoso investe para manter um melhor padrão de vida”, afirma Aguinaldo Néri (2009), psicólogo, professor da PUC-Campinas,

lembrando que a função do idoso na sociedade é muito mais proativa do que se imagina. “Em alguns lugares do Norte e do Nordeste, a avó não é mais aquela dependente dos filhos, mas a fonte de renda segura e constante da família expandida”, diz Neri.

Embora os dados mostrem que a situação econômica dos idosos tenha melhorado, ainda fica evidente a desigualdade social, que permeia, não só essa faixa etária do país, mas toda a população.

O ponto principal desta pesquisa é mostrar a realidade de dois grupos de idosos que vivem em diferentes níveis sociais e evidenciar, através de dados, se a desigualdade social interfere diretamente na efetivação dos direitos sociais.

Os idosos em nosso país experimentam o envelhecimento de forma heterogênea, que, conforme os estudos de Santanna (1995), tem a ver com questões de gênero, classe social, religião e etnia.

Falando sobre gênero nota-se em dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 1997, como são importantes os diferenciais por gênero observados entre idosos, com uma expressiva predominância das mulheres sobre os homens.

Vários estudos apontam hipóteses que tentam explicar esse fato das mulheres viverem mais que os homens: diferenças na exposição a riscos; diferença no consumo de tabaco e álcool (VERAS E COUTINHO, 2003, p.5-14).

Nos países periféricos, como o Brasil, o número de mulheres que vivem sozinhas é muito menor que nos países desenvolvidos, mas ainda é mais alto entre as mulheres que entre os homens. A maioria dos idosos nos países em desenvolvimento, viúvos ou não, vive com seus filhos. Quanto mais filhos a mulher tiver, maiores são as chances dela viver com um deles na terceira idade. No entanto, a queda na taxa de natalidade reduzirá essa probabilidade.

Em nossa sociedade o idoso é estigmatizado por apresentar uma identidade com vários atributos negativos, são conhecidos em meio a essa sociedade como declínio, fraqueza, dependência física e assim por diante, deixando de lado a importância que estes têm em nossa sociedade.

Os idosos de nossa sociedade se rendem às opiniões dos outros, que determinam e calcificam negativamente o que é ser idoso.

A sociedade capitalista, em particular a brasileira, impõe um isolamento social às pessoas que envelhecem e não participam diretamente do processo produtivo.

Segundo Beauvoisur, (1990, p.15):

[...]a velhice, como todas as situações humanas, tem uma dimensão existencial: modifica a relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem nunca vive em estado natural: na sua velhice, como em qualquer idade, um estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence.

O envelhecimento é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas preponderantes.

Mosquera (1978) considera que a velhice não pode ser vista como um acidente é um destino que se apodera da pessoa e que muitas vezes a deixa estupefata ante as suas marcas e consequências.

Os valores intrínsecos à representação que uma sociedade tem de velhice serão norteadores responsáveis pelas ações que vão possibilitar ou não a proteção e a inclusão social de seus idosos, bem como qualidade das relações a serem estabelecidas com eles.

O Brasil ainda não equacionou satisfatoriamente a situação do idoso e as suas necessidades refletidas pela baixa prioridade atribuída à Terceira Idade.

Ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida do homem, oferecendo recursos tecnológicos, de proteção e segurança, a sociedade estimula a participação da população idosa nos processos socioeconômicos, culturais, produção, decisão e integração social.

Definir velhice, em tempos de quebra de paradigmas é um desafio. Há quem faça uso dessa palavra para designar algo ou alguém fora de moda, sem utilidade ou ainda, improdutivo. Felizmente, essa visão pejorativa do termo vem sendo sobreposta por uma concepção mais ampla, onde fatores como o cronológico, biológico, psicológico e social devem ser analisados.

A problemática do idoso na sociedade brasileira não é nova, segundo autores como Salgado (1991), Fernandes (1997), Oliveira (1999), Palma (2000), a Constituição Federal de 1988 (Artigos 229 e 230) apenas aponta diretrizes e princípios lógicos acerca do tema, mas não determina políticas específicas para esta parcela da população.

A tendência no Brasil é valorizar aquilo que é novo e desprezar o que é velho. A própria educação faz o velho se sentir um objeto fora de uso.

Dessa realidade emerge a necessidade de programas alternativos que garantam maior qualidade de vida para essa população.

A sociedade política também assumiu sua responsabilidade diante desse novo panorama demográfico brasileiro, elaborou a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. São leis elaboradas para preservar os direitos do idoso e evitar que essa faixa etária sofra discriminações e seja marginalizada na sociedade brasileira.

Não se trata apenas de uma preocupação da sociedade política, mas também da sociedade civil que precisa se conscientizar do envelhecimento da população brasileira.

### **2.2.2 O Estatuto do Idoso**

O Estatuto do Idoso data de 1º de outubro de 2003. Como se observará, muitas de suas disposições não são exatamente novas no ordenamento jurídico federal. É um diploma longo, com 118 artigos, divididos em 6 títulos: Disposições Preliminares, Direitos Fundamentais, Medidas de Proteção, Política de Atendimento ao Idoso, Acesso à Justiça e Crimes. Pode-se compendiar tudo quanto que compreende como sendo de mais relevante, entre os direitos assegurados aos idosos, seja numa vista mais ora individual, ora coletiva, mas sem estar desatrelada da idéia de custos.

1) No Título I, tem-se a garantia de prioridade para o idoso (§ único do art.)

3º). Esta compreende não só a noção mais usual de fila exclusiva no caixa do banco, ou da casa lotérica, mas também a prioridade numa acepção macro, inclusive na formulação de políticas públicas.

2) Sob o Título II, que apresenta os direitos fundamentais do idoso dividindo-os em 10 capítulos (vida; liberdade, respeito e dignidade; alimentos; saúde; educação, esporte, cultura e lazer; profissionalização e trabalho; previdência social; assistência social; habitação; transporte), tem-se o §3º do art.15, no capítulo II, do direito à saúde, que veda a discriminação do idoso em planos de saúde pela cobrança diferenciada em razão da idade.

3) No mesmo capítulo anteriormente assinalado, o art. 16 assegura ao idoso direito a acompanhante, em caso de internação ou estado de observação.

4) Continuando no título II, mas agora no capítulo V, (da educação, cultura, esporte e lazer) vê-se que o Estatuto assegurou descontos de pelo menos 50% no preço dos ingressos de eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, assim como o acesso preferencial dos idosos aos locais onde tais eventos se realizem (art. 23).

5) Seguindo e vendo o capítulo VI, acerca da profissionalização e do trabalho, o art. 27 veda fixação de limite de idade como critério de admissão a emprego, bem como concursos públicos, ressalvado quando a natureza do cargo assim exigir.

6) No capítulo VII, que trata da previdência social, tem-se o art. 30, o qual vaticina que, caso o idoso perca a condição de segurado, não será por isso que deva-se negar a concessão de aposentadoria por idade.

7) No capítulo VIII, da assistência social, vê-se no art 34 o conhecido benefício de prestação continuada.

8) O Capítulo IX cuida do direito de habitação do idoso. O § 1º e o § 2º do art. 37 colocam comandos direcionados às entidades de atendimento ao idoso, determinando padrões de habitação de acordo com as necessidades do idoso e identificação externa bem visível desta condição.

9) O Capítulo X versa sobre o direito de transporte, assegurando-o, porém apenas aos maiores de 65 anos. Os que estiverem compreendidos entre 60 e 65 anos têm tal direito assegurado nos termos da lei local.

10) O título III inaugura a parte relativa às medidas de proteção que se podem adotar em favor do idoso, em função de qualquer mal que sofra o idoso que seja enquadrável no art. 43 do Estatuto do Idoso, que contém 3 incisos, com cláusulas deveras abertas.

11) O título IV trata da política de atendimento ao idoso. Importante frisar é o capítulo II deste título, que trata das entidades de atendimento ao idoso.

12) O Título V trata do acesso à Justiça. O Capítulo I, que inaugura as disposições gerais, cuida em especial de tentar assegurar ao idoso uma prioridade no trâmite de qualquer processo do qual figure como parte ou interveniente. A discussão sobre os direitos sociais da população idosa é premente. Várias ações têm sido implementadas, como forma de garantir o que está estabelecido na legislação social.

A legislação social fortalece o quanto é imprescindível discutir e colocar na política o debate sobre o lugar social ocupado pela população idosa na realidade brasileira.

Este conjunto de leis possibilita reconhecer o lugar social desse idoso, bem como identificar o significado da condição de cidadania desse segmento populacional. Esse modo de entender as condições de vida da população idosa associa-se a um entendimento de cidadania; reconhecendo que a mesma:

“é exercício, é movimento” [...] um processo de aprendizagem social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos. (BRUNO, 2003: p. 75)

O entendimento é o de que exercer direitos não é uma questão de idade, de saúde mental, de condição social. Deve ocorrer em qualquer tempo da vida. Exige do sujeito uma tomada de consciência acerca de suas vivências cotidianas, de sua possibilidade de expressar necessidades de forma individual e coletiva.

### **2.2.3 As ações do Assistente Social para um envelhecimento consciente de direitos**

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. E mais, não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e balizada pelo Código de Ética, aprovado pela resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. É possível dizer que a origem do Serviço Social é marcadamente histórica, e sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho depende fundamentalmente do grau de maturação e das formas assumidas pelos embates da classe social subalterna, com o bloco do poder no enfrentamento da questão social.

Historicamente, a profissão de Serviço Social emergiu nos E.U.A. fundamentada no pragmatismo, utilitarismo e positivismo e, na Europa, pelos valores religiosos.

No Brasil o Serviço Social constituiu-se inicialmente vinculado à escola européia e em seu processo evolutivo ligado à escola americana.

Sobre a evolução do Serviço Social, Martinelli (2000, p. 108) diz que:

Sua trajetória instalou-se em meio a um complexo quadro social em que se combinavam questões políticas, ambições colonialistas, corrida armamentista internacional, variáveis complementadas pelo processo de consolidação e expansão do capitalismo em escala mundial.

Hoje o Serviço Social, enquanto profissão, deixou de lado os interesses europeus e americanos para responder as contradições sociais vigentes, acompanhando as modalidades ocorridas na estrutura social que teve seu ponto de partida na indústria moderna que marcou profundamente as relações sociais.

O Serviço Social engendrado nesse contexto vem acompanhando o desenvolvimento do homem enquanto ser social, visto que ele é, segundo Laraia (2000 p. 46):

Resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete conhecimento e a experiência adquirida pelas inúmeras gerações que o antecederam.

A evolução do homem no meio social e as transformações demográficas favoreceram o crescimento expressivo da população idosa com mais de 60 anos, porém, não acompanhou o dinamismo social, a estrutura societária, a partir do momento que não criou mecanismos que acompanhassem as mudanças ocorridas em seu interior.

Atendendo então, às novas exigências, o Serviço Social na prática com o idoso, tem o desafio de conscientizar essa a população do seu verdadeiro papel, garantindo o seu lugar numa sociedade que passa por grandes mudanças que estão centradas no avanço tecnológico,

favorecendo a relação entre mercado e consumo e nessa lógica valoriza-se quem produz e consome.

A situação de ser útil apenas pelo que produz na sociedade capitalista, influi diretamente sobre a vida e personalidade da pessoa idosa, que passa a ter certas condutas desviantes por se acharem improdutivos e acreditarem que sua ação com os demais resulta somente da interação e de sua relação com a natureza por intermédio do trabalho.

O desafio do serviço social, diante da questão do idoso, que vive momentos de exclusão social, é favorecer o diálogo entre as diferentes faixas etárias a fim de despertar a sensibilidade por todas as pessoas que sofrem diversas formas de discriminação, além de potencializar a pessoa idosa a acreditar em si, como pessoa de direitos, isso os levará a redescobrir sua verdadeira identidade, assumir-se como pessoa imprescindível a sua produtividade social.

De acordo com o artigo 230 da Constituição Federal de 1988:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

No entanto, o Estado e a sociedade civil como um todo não prima pelo que está estabelecido na constituição, cabendo ao Serviço Social, junto ao idoso e seus familiares, trabalhar essa questão.

Cabe ao Serviço Social, em sua competência educativa e política, trabalhar os direitos sociais do idoso, resgatar sua dignidade, estimular a consciência participativa do idoso objetivando sua integração com as pessoas, trabalhando o idoso na sua particularidade e singularidade, levando em consideração que ele é parcela de uma totalidade que é complexa e contraditória.

No tange à família e à sociedade civil, o Serviço Social tem como missão precípua, tecer considerações e reflexões sobre a questão do idoso, baseado numa visão transformadora e crítica, despertando em ambas o cuidado e o respeito pela pessoa idosa. Isso nos servirá como sinal de valorização do respeito pelo nosso próprio futuro, pois haveremos de adquirir idade e inevitavelmente nos confrontaremos com a velhice.

Conforme afirma Hermanova (1982, p. 3):

Os que estão envelhecendo são aqueles que depois de terem passado por um período de crescimento e maturidade, entram numa fase que tem sido chamada pelos franceses de *troisieme age* ou terceira idade.

É interessante observar que os segmentos comprometidos com mudanças sociais e nesse eixo o Serviço Social encaixa-se perfeitamente, reconhece o idoso como sujeito, cidadão, vislumbrando o seu valor.

Porém, a valorização do idoso não deve partir somente do segmento que trabalha nessa área, mas, principalmente, do eixo familiar, uma vez que é referência para o indivíduo.

Nesse sentido, Kaloustian (2000, p.23), nos alerta que:

O Serviço Social liberto das amarras da prática tradicional tem uma visão transformadora e crítica da sociedade, propiciou a percepção da família no interior das questões mais amplas, contraditórias e complexas.

O Serviço Social, no trato com a família do idoso, deve orientá-los a respeitar a tomada de decisão do idoso consciente, respeitando sua autonomia e liberdade pessoal.

Segundo Néri (2000, p. 24):

Temos que cuidar para não vitimar e ou discriminar o idoso, cujas relações com a família, sociedade e as gerações mais jovens já foram suficientemente marcadas por preconceito.

A pretensão momentânea deste trabalho foi registrar informações acerca do Serviço Social na prática com a terceira idade, tendo como determinante a autovalorização do idoso embasado numa concepção homem- mundo , tendo o Serviço Social uma atuação interventiva

na realidade social, com propensão a modificar e transformar a realidade do idoso, vendo-o como sujeito de direitos e valorizando-o na sociedade, procurando por intermédio de ações interventivas, superar as formas de isolamento e exclusão social.

O trabalho do assistente social, constitutivo de várias ações dirigidas à população idosa na região, reafirma seu reconhecimento em ações desenvolvidas na garantia do acesso aos direitos sociais, na explicitação da condição de vida dos idosos, na visibilidade do modo como esta população é reconhecida pela sociedade. Uma outra ação que ganha força nesta região é o trabalho voltado ao fortalecimento do papel político desse segmento, no qual os próprios idosos são estimulados a reivindicar seus direitos, construindo alternativas para a explicitação de necessidades e a garantia da busca por resoluções que respondam às necessidades. Ao mesmo tempo, estimula as ações que visam a autonomia, a preservação das habilidades e potencialidades pessoais, a possibilidade de decidir sobre as formas que devem manter a convivência sócio familiar.

Nesse sentido, reafirma-se a assertiva de Bredemeier (2004, p. 85):

o Serviço Social busca marcar sua presença junto a estes temas não só na construção de novas formas de percebê-los, mas também propondo novas abordagens, considerando as exigências do mundo atual.

A gestão da velhice – que segundo Debert (1999, p. 13-14) por muito tempo foi considerada como específica da esfera privada e familiar, da previdência individual, ou de associações filantrópicas –, vem se transformando em questão pública, citada na legislação específica para os idosos, que expressa (e ao mesmo tempo influencia) o surgimento de uma nova categoria cultural: “os idosos, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.”

Está aí o desafio para a sociedade em geral e, de modo específico para o Serviço Social: a luta pela concretização de ações que respondam às necessidades da população idosa, coerentes com o preconizado pelos direitos garantidos em lei.

### **2.3 A Sociedade capitalista e suas transformações.**

O século XX desenhou e redesenhou uma série de transformações na sociedade capitalista mundial. O período denominado por Hobsbawm (1995) como “breve século XX” assistiu a um grande número de mudanças na forma de organizar, produzir e se relacionar em sociedade. O Estado capitalista não ficou ileso a essas transformações e também se metamorfoseou, especialmente no tocante à sua relação com o mercado e com a sociedade.

Pereira (2001) destaca três modelos de organização do Estado durante o século XX, conforme a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade: O Estado Liberal, o Welfare State e o Estado Neoliberal.

Para que se possa apreender o alcance de tais transformações e a forma como o Estado capitalista lidou com a questão social, nos diferentes momentos históricos, irá percorrer-se, ainda que superficialmente, o desenvolvimento destas transformações no Estado.

O primeiro modelo de organização estatal, o Liberal, nasceu junto com o próprio capitalismo. O século XX irá assistir à sua derrocada. O princípio básico deste modelo de organização estatal é a “teoria da mão invisível” de Adam Smith, que preconiza que o mercado se auto-regula, não sendo necessário qualquer tipo de intervenção estatal. Pelo contrário, uma possível intervenção estatal só viria a prejudicar o equilíbrio das forças no mercado. As funções do Estado, em sua formatação liberal, estariam limitadas ao zelo pela segurança pública e pelos direitos civis (aqueles direitos necessários à liberdade individual, segundo Marshall, 1967).

No modelo liberal, os indivíduos, livremente (através do seu direito à liberdade) e como iguais (direito à igualdade) disputavam no mercado o seu “lugar ao sol” e o fracasso ou a conquista, neste mercado, nada tem a ver com a coletividade – no caso, representada pelo Estado.

Colocar no mercado o poder absoluto de prover e garantir todas as necessidades humanas, e mais, isolar os indivíduos como únicos responsáveis pelo seu sustento, foram idéias que se mostraram ineficazes na prática. O mercado não foi e não é capaz de absorver a todos e, mesmo os que conseguem se inserir (se incluir), nem sempre adquirem as condições mínimas para subsistência.

Somando-se à questão social, outros fatores contribuíram para a derrocada do Estado Liberal e à adoção de “medidas sociais” por parte do Estado capitalista. A ameaça do comunismo em escala mundial (após a Revolução Bolchevique de 1917) e, principalmente segundo Hobsbawm (1995), após a crise econômica pela qual passaram a maioria dos países no período entre-guerras – a Grande Depressão também teve papel preponderante nesta mudança de perfil por parte do Estado. Após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o mundo capitalista passou a vivenciar uma crise de escalas impressionantes, que combinava queda dos níveis de produção com aumento desenfreado do desemprego.

Neste contexto catastrófico, ganham espaço idéias como as de John Maynard Keynes, favoráveis aos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa, visto que a renda dos trabalhadores com pleno emprego estimularia as economias em recessão. Era o começo da discussão sobre o novo modelo de organização estatal, o Welfare State, que combinava a doutrina keynesiana com o modelo fordista de produção (Pereira, 2001).

Esping-Andersen (1995 p. 73) afirma que:

o Welfare State representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política, economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado em favor da exigência da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa de idéias de justiça social, solidariedade e de universalismo. Politicamente, o Welfare State foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Ainda de acordo com Esping-Andersen, o Welfare State deve ser avaliado de acordo com o quanto o Estado consegue “desmercadorizar as pessoas”. Há três tipos de Welfare State, conforme o autor: (a) Welfare State liberal, que é o tipo mais restrito, limitando o acesso às políticas sociais públicas somente aos comprovadamente pobres; (b) Welfare State conservador, que é o tipo mediano onde predominou a preservação da diferença de status e (c) Welfare State socialdemocrata, que é o tipo mais abrangente, buscando promover a igualdade

com melhores padrões de qualidade e não uma igualdade de mínimos (ESPINGANDERSEN, 1991).

Conforme Harvey (1994), as mudanças na forma de intervenção do Estado no mercado foram possíveis graças a uma espécie de tripé que funcionava da seguinte maneira: o Estado assumia uma série de obrigações e construía novos poderes institucionais. Ele passou a investir em educação, saúde, assistência social, previdência, de forma a garantir um tipo de tranquilidade para o mercado atuar. Com isso, ampliou-se o mercado consumidor com a inclusão da classe média e de parte dos trabalhadores. Aumentava a lucratividade das empresas desoneradas de parte dos custos da reprodução da força de trabalho. Se, por um lado, elas colaboravam com impostos para que o Estado pudesse investir em políticas sociais e garantir o bom funcionamento do mercado e da sociedade, por outro, a subsistência de seus trabalhadores – agora também consumidores – deixava de ser exclusivamente de seus salários.

O Estado passava, agora, a enfrentar diretamente à questão social, através de políticas sociais públicas.

A implantação do Welfare State nos países capitalistas desenvolvidos representou um avanço, pelo menos no nível ideológico, no que se refere à concepção de cidadania e de direitos sociais. Atribuir ao Estado o dever de garantir aos seus cidadãos o acesso às necessidades mínimas para a subsistência representa uma mudança fundamental na concepção do papel do Estado. Se no modelo liberal a regra era que se lutasse e sobrevivesse (ou não, no mercado), no Welfare State parte-se da idéia de que o mercado não consegue sobreviver se os trabalhadores não tiverem as mínimas condições de vida e que cabe ao Estado garanti-las.

Essa mudança de concepção não se deu por fora das disputas da sociedade do século XX. Na verdade, a transformação no interior do Estado acontece, como bem demonstra Hobsbawm (1995), temendo uma transformação de fora para dentro, que poderia colocar em risco o próprio sistema capitalista.

No final do século XX, sobretudo após a década de 1970, as transformações se aceleraram e tomaram forma de fenômeno mundial. Diante de uma crise mundial da economia, a partir do ano de 1973, as idéias neoliberais começam a ganhar terreno e os estados capitalistas passaram a adotar uma série de medidas econômicas. No mundo do trabalho também ocorre uma série de mudanças. Todas essas mudanças, juntas, demarcaram uma experiência até então nunca vista. Pela primeira vez o capitalismo conseguiu o feito de se tornar hegemônico ideologicamente. Lessa (2001 p. 75) comenta esta questão:

Desde a Revolução Francesa, não houve nenhum outro período no qual o capital se tornou tão hegemônico e tão plasmado à vida cotidiana como nos últimos trinta anos. Nunca antes a humanidade se comportou tão hegemonicamente como se não houvesse alternativa.

O capitalismo, em sua versão neoliberal, conseguiu um feito impressionante: colocar-se como a única alternativa. Chegamos ao final do século XX, com a idéia de que a realidade está dada, e que cabe agora, tentar melhorar as condições que precisem ser melhoradas.

Conforme Hobsbawm (1995), a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. O autor enfatiza três aspectos da economia mundial do final do século: (1) a tecnologia continuou a forçar a mão-de-obra na produção de bens e serviços, sem proporcionar trabalho suficiente do mesmo tipo para os que ela expulsava, nem assegurar uma taxa de crescimento econômico suficiente para absorvê-los; (2) enquanto a mão-de-obra continuava sendo um fator político importante, a globalização da economia transferiu a indústria de seus velhos centros nos países ricos, com mão-de-obra de alto custo, para países cuja principal vantagem eram mãos e cabeças baratas e (3) o triunfo do protecionismo e o da ideologia de livre mercado puro enfraquecia ou mesmo eliminava a maioria dos instrumentos para controlar os efeitos sociais das convulsões econômicas (HOBSBAWM 1995).

Telles (1996 p. 85-86) também retratou algumas mudanças pelas quais estamos passando:

Sabemos que os tempos agora são outros, que as conquistas sociais alcançadas estão sendo devastadas pela avalanche neoliberal no mundo inteiro, que a destituição dos direitos também significa a erosão das mediações políticas entre o mundo do trabalho e as esferas públicas e que estas, por isso mesmas, se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissensos, de representação e negociação (coisa, aliás, que não acontece assim de repente, mas que carrega as complicações históricas dos últimos tempos); e que é por via

dessa destituição e dessa erosão de direitos e das esferas de representação que se constrói esse consenso – que nos dias que correm, ganha corações e mentes – de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos nada há a fazer a não ser administrar tecnicamente suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras

Diante dessas mudanças, a questão social vem sofrendo transformações em suas formas de expressão na sociedade atual. Também as formas de enfrentar a questão social sofreram alterações. No entanto, a gênese da questão social, a nosso ver, continua a mesma: a contradição inerente ao sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, concordamos com Pastorini (2004 p. 97) quando afirma que:

as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social”

Cabe enfatizar que “distintas expressões da questão social” não se configuram como “outra” ou como “nova” questão social. A nosso ver não existe uma nova questão social, nem mesmo uma nova desigualdade social, gerada pela exclusão. O que existe são “novas formas para velhos conteúdos” (MOTA, 2000, p.02), ou seja, a questão social, hoje, diante das transformações pelas quais o capitalismo e a sociedade vêm passando, se apresenta multifacetada, reconfigurada, mas trazendo, em seu bojo, a mesma problemática da exploração de uma classe social sobre a outra.

### **2.3.1 As diferentes classes sociais na sociedade contemporânea.**

Para uma maior compreensão do assunto é necessário entender as diferentes classes sociais existentes em nossa sociedade capitalista.

As sociedades classistas não são uma exclusividade das formações sociais capitalistas. Na verdade, a existência de classes sociais pressupõe a desigualdade social, ou seja, a exploração entre seres humanos como lastro dessas formações. Se numa formação social os homens estabelecem relações sociais de produção e estas se baseiam numa apropriação dos meios de produção e do produto social por parte de um grupo, esta formação social está cindida em classes sociais.

O Materialismo Histórico (marxismo) considera as sociedades como constituídas historicamente, em movimento. As condições materiais da existência humana são imprescindíveis nessa compreensão da História.

Como demonstra Hobsbawm (1995) a influência marxista mais eficaz foi a de transformar a História em uma das ciências sociais, implicando no reconhecimento de que as sociedades constituem-se de sistemas de relações entre os seres humanos, na existência de tensões nas mesmas, na existência de uma estrutura social e de sua historicidade. A explicação levando em conta as classes sociais é central.

Para Ellen Wood (2003) existem duas formas de pensar em classe social:

[...] como um local estrutural ou como uma relação social. Quando pensamos em classe como um local na estrutura a vemos como uma forma de estratificação, ou seja, a partir de critérios como renda, oportunidades de mercado, ocupação profissional. Essa maneira de entender “classe social” é muito presente em nossa sociedade e mascara os conflitos de classe, transformando-os em problemas individuais quando os mesmos são relativos à luta de classes.

Uma maneira de expressar como se fosse classe social é quando nos referimos às diferenças na renda das pessoas. Então a nomenclatura pode usar as letras do alfabeto: classes A, B, C, D, E.

Trata-se na verdade, de uma divisão pela renda, que não é capaz de revelar a dinâmica interna de uma formação social. Dessa forma de entender as classes sociais, surgem subdivisões: classe alta, classe média, classe média baixa e classe baixa. Eis uma forma de entender o conceito a partir de uma estrutura que não reflete a desigualdade social, ou melhor, que enxerga a desigualdade social apenas como mais uma diferença entre as pessoas

A segunda maneira de pensar sobre “classe social” é entendê-la como uma relação entre pessoas. Nesse entendimento, o foco está na relação social em si, nas contradições e conflitos dos processos históricos e sociais.

Edward Thompson (1987) via que as relações sociais de produção distribuíam as pessoas em situações de classe, ou seja, viviam e trabalhavam nas condições de classe, o que chamou de “experiência social”.

A classe social é uma força histórica, e que se estabelece a partir das relações sociais de produção, vinculadas às forças produtivas. Sendo uma força histórica, é transitória.

No dizer de Costa, (1998, p. 15 -16):

A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas, marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessa situação foi a desmoralização do trabalho. O trabalho que se dignifica à medida que se resume no esforço do homem para dominar a natureza na luta pela sobrevivência corrompe-se com o regime da escravidão, quando se torna o resultado de opressão, exploração. Nesse caso, ele degrada aos olhos dos homens. O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e diferenciação na sociedade, embora unindo os homens na colaboração, na ação comum, torna-se no sistema escravista, dissociador e aviltante. A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação.

O que Marx e Engels (1998, p.4) afirmaram na publicação do Manifesto do Partido Comunista faz todo o sentido:

A história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras abertas – uma guerra que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das classes em luta.

Basta olhar para as desigualdades que se verifica todos os dias e perceberemos como a existência das classes sociais é algo que se comprova.

### **2.3.2 O resgate dos Direitos Sociais visando a Consolidação da Cidadania**

Desenvolvendo a pesquisa com grupos de convivência de idoso que vivenciam diferentes realidades sociais, é necessário observar e comprovar através de dados de pesquisa se os diferentes grupos têm acesso aos seus direitos sociais, presentes na Constituição de 1.988 e no Estatuto do Idoso e se por meio das políticas públicas voltadas para esse segmento conseguem exercer sua cidadania de forma justa e igualitária, sem nenhuma distinção de classe social.

Para obter-se resultados eficazes nesse ponto da pesquisa é necessário compreender o que são os direitos sociais e qual o papel destes na consolidação da cidadania.

Seguindo a tendência universal de reconhecimento dos Direitos Sociais como Direitos Humanos, que se iniciou em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, posteriormente, com o Pacto Internacional, sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, a Constituição da República Federativa do Brasil de

1988 elevou os Direitos Sociais ao plano de direitos fundamentais, inserindo-os no Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu artigo 6º, que assim dispõe:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Considera-se, em primeiro lugar, que os direitos sociais correspondem aos chamados direitos da igualdade ou dos hipossuficientes. São considerados, na classificação dos direitos fundamentais, direitos de segunda geração, de que fazem parte também os econômicos e culturais.

Historicamente, são antecedidos, portanto, pelos de primeira e segunda geração direitos civis e direitos políticos. E seguidos pelos de terceira geração (direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, boa qualidade de vida e a outros direitos difusos).

Os direitos sociais seriam os instrumentos para minimizar os efeitos da desigualdade econômica que é a matriz de todas as formas de desigualdade social. Na medida em que gera desigualdade de oportunidades de educação, de cultura, de promoção, manutenção e restauração da saúde, de acesso ao trabalho, emprego e renda, de condições de moradia, lazer, segurança, e de proteção à maternidade e à infância, dentre outras.

Para Pinto Ferreira (1991), “os direitos sociais são, em grande parte, meras intenções ideológicas, com eficácia bem precária, e algumas vezes sem nenhum poder de exequibilidade”.

Diante deste quadro, afirma o constitucionalista e ministro do STF brasileiro Gilmar Mendes Ferreira (2008):

a interpretação dos direitos sociais não é uma questão de lógica, mas de consciência social de um sistema jurídico como um todo”, a despeito desse generoso engajamento, forçoso é reconhecer que a efetivação desses direitos não depende da vontade dos juristas, porque, substancialmente, está ligado a fatores de ordem material, de todo alheios à normatividade

jurídica e, portanto, insusceptíveis de se transformarem em coisas por obra e graça de nossas palavras.

No Brasil, os direitos sociais precederam os demais. Segundo Carvalho (2004) sequência direitos civis, políticos, sociais, tinha uma lógica, a alteração dessa lógica “afeta a cidadania”. Em outras palavras, entre nós muitos dos direitos sociais não foram conquistados pela cidadania foram concedidos.

A história da cidadania no Brasil está diretamente ligada ao estudo histórico da evolução constitucional do País. A Constituição imperial de 1824 e a primeira Constituição republicana de 1891 consagravam a expressão cidadania. Mas, a partir de 1930, observa Wilba Bernardes (1995, p. 15), ocorre uma nítida distinção nos conceitos de cidadania, nacionalidade e naturalidade. Desde então, nacionalidade refere-se à qualidade de quem é membro do Estado brasileiro, e o termo cidadania tem sido empregado para definir a condição daqueles que, como nacionais, exercem direitos políticos.

A cidadania no Brasil é praticamente inseparável da história das lutas pelos direitos fundamentais da pessoa: lutas marcadas por massacres, violência, exclusão e outras variáveis que caracterizam o Brasil desde os tempos da colonização. Há um longo caminho ainda a percorrer: a questão indígena, a questão agrária, posse e uso da terra, concentração da renda nacional, desigualdades e exclusão social, desemprego, miséria e analfabetismo.

Entretanto, sobre a cidadania propriamente dita, passos importantes já foram dados. A segunda metade do século XX foi marcada por avanços sócio-políticos importantes: o processo de transição democrática, a volta de eleições diretas, a promulgação da Constituição de 1988 chamada pelo então presidente da constituinte Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã”. Mas há muito que ser feito. E não se pode esperar que ninguém o faça senão os próprios brasileiros. A começar pela correção da visão míope e desvirtuada que se tem em relação a conceitos, valores, concepções. Deixar de ser uma nação pequena de consciência, uma sociedade artificializada nos seus gostos e preferências, onde o que vale não vale a pena, ou a mediocridade transgredir em seu conteúdo pelo arrastão dos acéfalos. Tem-se aqui uma Constituição cidadã, mas falta praticar a cidadania.

É inegável que o Brasil é um País injusto, ou melhor, a sociedade brasileira é extremamente desigual. Basta ver os números do IBGE para indagarmos os motivos de tantos contrastes, de tão perversos desequilíbrios. E o que é pior: a cada pesquisa, as diferenças

umentam, a situação de ricos e pobres que parecem migrar para extremos opostos. Nessa escala de aprofundamento das injustiças sociais, ao contrário do que desejava Ulysses Guimarães em seu discurso na Constituinte em 27 de julho de 1988:

essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria. Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

A história da cidadania confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada.

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas além disso cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem que ter consciência de suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

### **3 CAMINHOS DA PESQUISA**

### **3.1 Considerações metodológicas**

O tema do estudo trata sobre a efetivação dos Direitos Sociais dos Idosos, frente a uma sociedade de contrastes, onde a desigualdade social é predominante em todo espaço territorial. A pesquisa foi desenvolvida junto aos idosos do Programa Eterno Jovens, grupo pertencente a Fundação Toledo de Bauru que trabalha com idosos com idade a partir de 50 anos, de ambos os sexos, sendo que a participação feminina é bem mais significativa e em sua maioria são moradores da região noroeste de Bauru.

Tem como objetivo atender população da terceira idade, proporcionando ambiente construtivo de renovação de vida, buscando superar estigmas que levam o idoso à margem da sociedade. Procurando preservar o bem estar físico, mental e social, estimular a participação, valorizando a troca de informação e experiências.

As atividades desenvolvidas tem por objetivo contribuir para uma consciência ampla no enfrentamento dos desafios do novo milênio em relação as questões da maturidade e do envelhecimento, através de palestras informativas, oportunizando um contato maior com a modernidade, bem como atividades lúdicas como bingos, passeios externos, garantindo assim o desenvolvimento da convivência e aos idosos do Município de Borebi, que não integram nenhum grupo de convivência social, realizada no período de fevereiro a novembro de 2010.

A partir do tema da pesquisa, estabeleceu-se o objetivo geral do referido estudo, sendo ele o de analisar a efetivação do Estatuto do Idoso em uma sociedade contemporânea de contrastes, verificando através de dados se a desigualdade social interfere na efetivação dos direitos sociais, bem como os objetivos específicos que são levantar o perfil dos idosos do Programa Eternos Jovens e dos idosos habitantes do Município de Borebi, avaliar o grau de conhecimento dos idosos sobre o Estatuto do Idoso, revelar a importância da informação na realidade do idoso e identificar as dificuldades enfrentadas pelos idosos no acesso aos direitos sociais.

Tendo como problema central se é possível a efetivação da Estatuto do Idoso em uma sociedade de contrastes, onde a hipótese é que diante dos fatos observados e levando em consideração o conceito de sociedade contemporânea, que tem se caracterizado por um conjunto de acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais que discutem mecanismos clássicos

do direito, exigindo, pois, dos operadores e pesquisadores de toda área social respostas eficazes para a configuração da complexibilização desses fatores, embora as dificuldades não inexistam, é visível que a efetivação em meio a essas transformações fica cada vez mais vulnerável, já que o exercício da cidadania não é mais tido como prioridade e os interesses vão muito mais além do ser social.

A realidade vivenciada pelos idosos não é vista como um empecilho na efetivação dos direitos sociais desde que esses tenham consciência dos seus direitos e saibam, através da participação social, exercer a sua cidadania.

Para a realização do estudo, primeiramente obteve-se conhecimento do assunto, através de uma aproximação ao tema com levantamentos bibliográficos de diferentes autores, através de livros, artigos periódicos, materiais disponibilizados na internet.

O método de abordagem é o dialético, fornecendo as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, tendo em vista que os fatos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente; para se entender os fatos sociais devem-se considerar todas as influências possíveis, sendo elas políticas, econômicas e culturais. Segundo Sichirollo (1980, p. 247), a dialética é a arte do diálogo, onde se pode confirmar tal fato nas palavras de Oliveira (2002, p. 67), a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio da formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro, assim, entende-se que, como a filosofia tem o hábito de questionar, o pensamento humano tem o hábito de problematizar a realidade de forma crítica.

Segundo Luna (1988), para pesquisar, são necessários: a existência de uma pergunta que se deseja responder, a elaboração de um conjunto de passos que permitam obter informações para responder à pergunta e a indicação do grau de confiabilidade nas respostas obtidas.

A tipologia da pesquisa será de nível quali-quantitativo. Qualitativa, pois se buscará revelar sentimentos, valores, significados e concepções dos sujeitos, visto que toda pessoa é portadora de cultura. Valorizou-se o sujeito como elemento participante do fato histórico, que será interpretado partindo do particular para o geral e quantitativa, pois obter-se-á dados numéricos que permitirá revelar o perfil dos dois grupos estudados.

De acordo com as considerações de Triviños (1987, p. 129) a pesquisa

Qualitativa:

Parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.

O universo de uma pesquisa é o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características, refere-se ao total de pessoas envolvidas. Esta pesquisa conta com um universo de 80 pessoas, sendo 50 idosos do programa Eterno Jovens e 30 idosos habitantes do município de Borebi, escolhidos de forma aleatória e sem nenhum critério de escolha. A amostra da pesquisa é a porção ou parcela conveniente selecionada do universo, fez-se uso de uma amostragem de 60 sujeitos validos, totalizando 75% do universo. Para a pesquisa quantitativa utilizou-se 60 sujeitos e para a pesquisa qualitativa 20 sujeito

Segundo Martinelli (1999, p. 24), “o importante não é o número de pessoas que vai prestar informações, mas o significado que estas têm em função do que está se buscando”.

Para verificar se as questões que utilizou-se para a coleta de dados apresentavam validade e operatividade, aplicou-se o pré-teste com o objetivo de avaliar a existência da necessidade de alterar o instrumento. Utilizou-se uma sub amostra de 10 sujeitos para aplicação do pré-teste, não houve a necessidade de alterá-lo.

Para a coleta de dados, faz-se uso de instrumental observação, para adquirir um conhecimento claro e preciso. Mais especificadamente, utilizou-se a observação sistemática participante, a entrevista estruturada, através de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas aos 20 sujeitos validos da pesquisa qualitativa, tendo como objetivo obter dados que interessassem em nossa investigação e o instrumental diálogo, com o objetivo de obter uma maior compreensão dos fatos e da realidade vivida pelos idosos.

A aplicação dos formulários ocorreu nas instalações do programa Eterno Jovens e nas residências dos idosos do município de Borebi, realizados no mês de setembro de 2010, onde foram entrevistados 20 sujeitos, sendo 10 idosos de cada grupo pesquisado. As perguntas do formulário foram divididas em dois eixos, sendo eles: o perfil dos idosos envolvidos na pesquisa, que possibilitou conhecer as características dos sujeitos envolvidos e a efetivação do Estatuto do Idoso na atual sociedade de contrastes onde verificou-se a concepção dos idosos sobre envelhecimento social e velhice, analisando suas concepções, permitindo conhecer

através dos relatos qual é a opinião dos idosos sobre as transformações sociais e buscou observar de cada sujeito a sua concepção e seu entendimento sobre Direito Social e o Estatuto do Idoso. Na coleta de dados fez-se o uso do gravador, a fim de obter maior precisão nas informações.

Cada entrevista teve aproximadamente 10 minutos de duração e durante a entrevista os sujeitos se sentiram à vontade e dispostos a responderem às questões. Valorizou-se em cada usuário sua história de vida e sua opinião, aproveitando todos os seus relatos e criando, entre o pesquisador e os sujeitos, uma relação horizontal de confiança, facilitando assim obtenção e interpretação dos dados.

Finalizou-se a coleta de dados com a realização da análise dos dados, que possibilitou interpretar todos os dados coletados, concluindo que a teoria pesquisada está inteiramente ligada aos objetivos propostos.

### **3.2 Análise e discussão dos resultados.**

Coletados os dados deste estudo, realizou-se a análise e a interpretação dos mesmos.

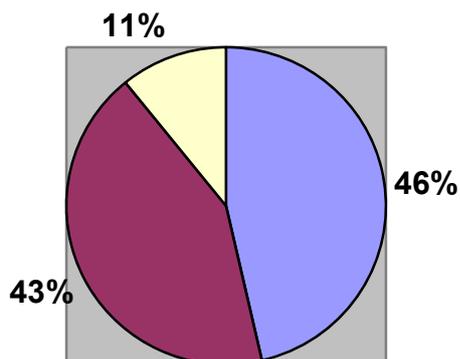
Segundo Marconi e Lakatos (2006, apud KIST, 2008):

O movimento pelo qual o pesquisador entra em mais detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, procurando estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são formuladas ou refutadas, mediante a análise.

Interpretações dos dados, segundo Marconi e Lakatos (2006, apud KIST, 2008) significa a “exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos”.

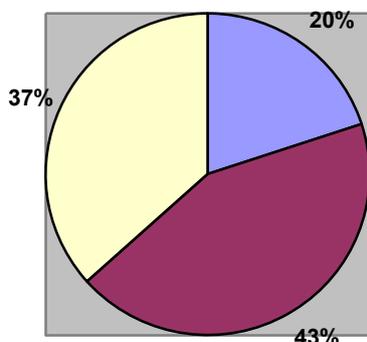
A Pesquisa Qualitativa tem como vocação mergulhar na profundidade dos fenômenos, não almejando alcançar a generalização, mas sim o entendimento das singularidades e particularidade de cada grupo pesquisado.

A realização da pesquisa quantitativo baseou-se no levantamento de dados de 30 idosos de cada grupo, escolhidos de forma aleatória sem nenhum critério de escolha. Os pontos pesquisados foram:



■ 60 - 69 anos   ■ 70 - 79 anos   ■ 80 - 100 anos

**Gráfico 1 – Idade – Município de Borebi.**



■ 60- 69 anos   ■ 70 - 79 anos   ■ 80 - 100 anos

**Gráfico 1 – Idade – Programa Eterno Jovens.**

Observa-se nos gráficos que a idade predominante no município de Borebi é de idosos com 60 à 69 anos, totalizando 46% dos idosos pesquisados, 11% dos entrevistados possuem

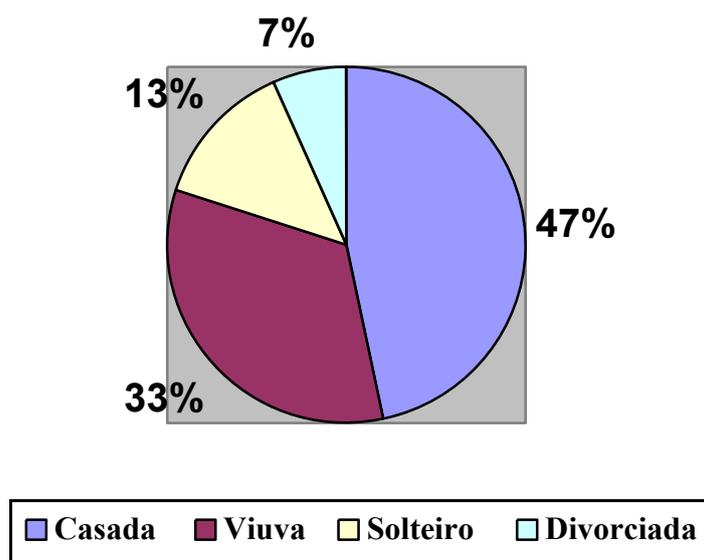
entre 80 a 100 anos e 43% dos idosos tem de 70 a 79 anos. Já no programa Eterno Jovens 43% dos entrevistados possuem idade entre 70 à 79 anos, 37% dos idosos possui de 80 a 100 anos e apenas 20% tem de 60 a 69 anos.

A população brasileira vive, hoje, em média, de 68,6 anos, 2,5 anos a mais do que no início da década de 90. Estima-se que em 2020 a população com mais de 60 anos no País deva chegar a 30 milhões de pessoas (13% do total), e a esperança de vida, a 70,3 anos.

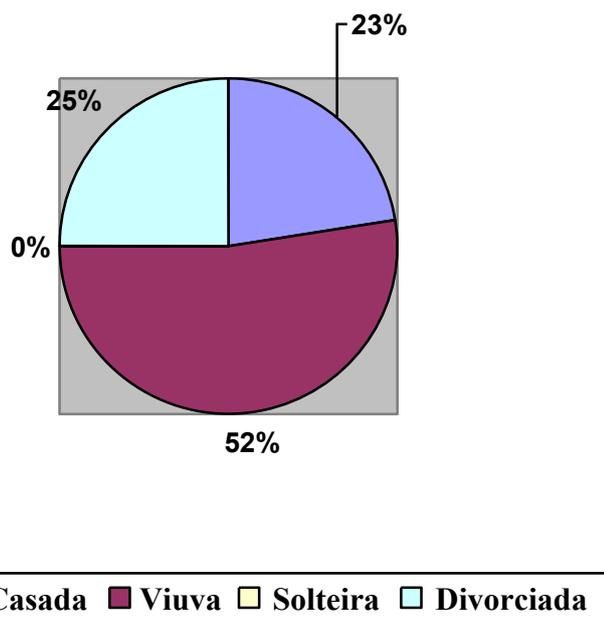
O quadro é um retrato do que acontece com os países como o Brasil, que está envelhecendo ainda na fase do desenvolvimento. Já os países desenvolvidos tiveram um período maior, cerca de cem anos, para se adaptar.

A geriatra Andrea Prates, do Centro Internacional para o Envelhecimento Saudável, prevê que, nas próximas décadas, três quartos da população idosa do mundo esteja nos países em desenvolvimento.

Com 80% da população brasileira já recenseada, os dados preliminares do Censo 2010 indicam que a pirâmide etária brasileira se alterou na última década. A queda da taxa de fecundidade e da mortalidade infantil, aliadas à maior expectativa de vida da população, explicam essa mudança do padrão demográfico”, afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, durante a divulgação do terceiro balanço da coleta de dados do Censo 2010.



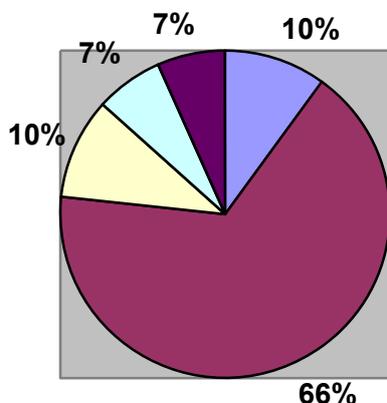
**Gráfico 2 – Estado Civil – Município de Borebi.**

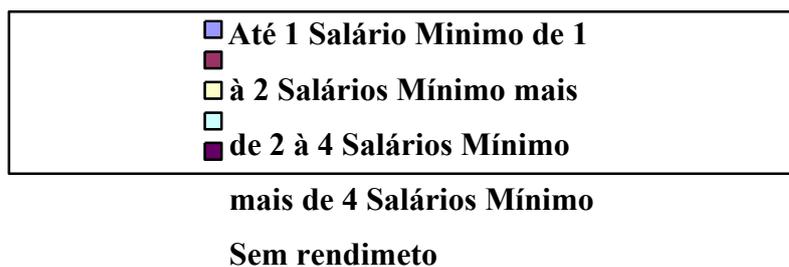


**Gráfico 2 – Estado Civil – Programa Eterno Jovens.**

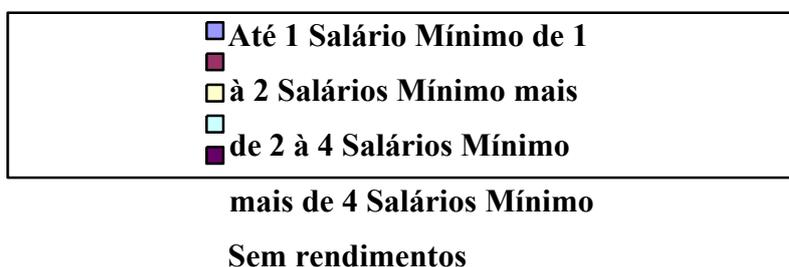
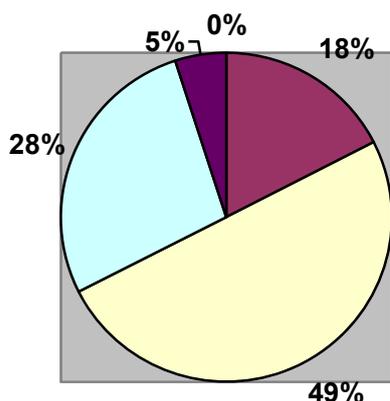
O estado civil ou conjugal é uma característica sócio-demográfica básica das pessoas, que abrange aspectos biológicos, sociais, econômicos, legais e, em muitos casos, religiosos.

Também se observou o estado civil atual dos sujeitos, predominando os idosos casados (23% do Programa Eterno Jovens e 47% dos idosos habitantes de Borebi) e viúvos (52% do Programa Eterno Jovens e 33% dos idosos habitantes de Borebi), embora seja significativo o percentual de divorciados (25% do Programa Eterno Jovens e apenas 7% dos idosos habitantes de Borebi). Notou-se que entre os idosos participantes do programa Eterno Jovens nenhum se declarou solteiro, enquanto em Borebi 7% dos idosos são solteiros.





**Gráfico 3 – Renda – Município de Borebi.**



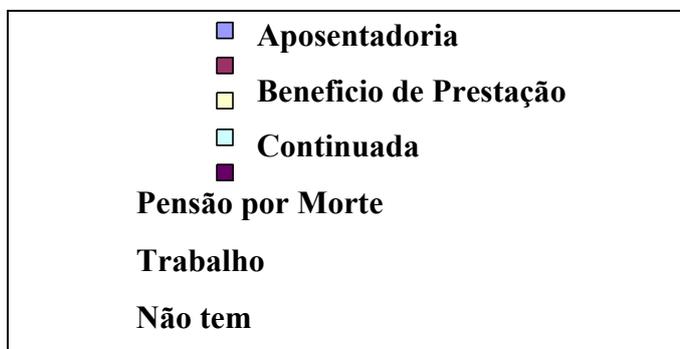
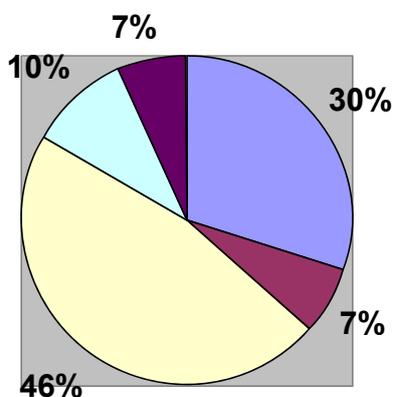
**Gráfico 3 – Renda – Programa Eterno Jovens.**

Nos últimos anos, está assistindo-se a uma importante transformação na distribuição de renda brasileira. Desde 2001, a desigualdade vem caindo consideravelmente, mas o Brasil ainda é uns dos campeões mundiais da alta desigualdade.

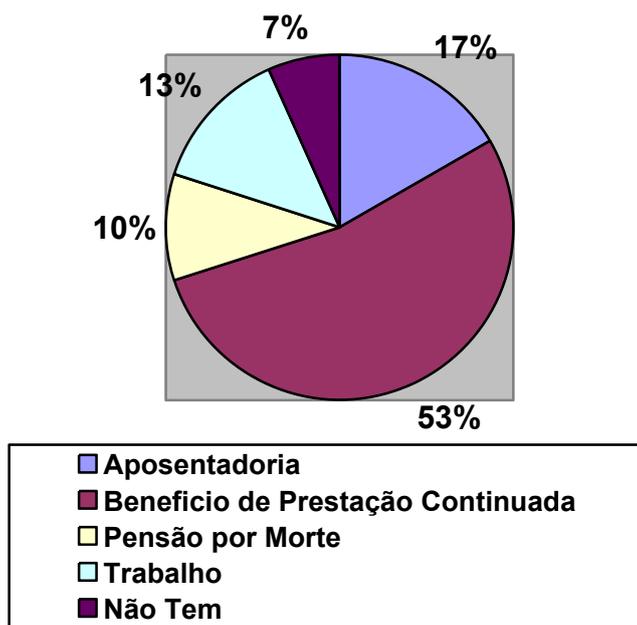
Observando os gráficos, pode-se verificar claramente um índice de desigualdade social econômica vivida por esses distintos grupos pesquisados.

Os integrantes do Programa Eterno Jovens sobrevivem com renda superior a três salários mínimos (49%), outra grande parte recebe mais de 4 salários mínimos (28%), 5% dos idosos do programa relatou não ter nenhum rendimento econômico, 18% vivem com 1 salário

mínimo a 2 salários mínimos e nenhum idoso declarou receber até de 1 salário mínimo. Enquanto 20 famílias das 30 pesquisadas (66%) do Município de Borebi tentam suprir suas necessidades básicas com salários mínimos. Pouca parte desta população recebe mais de dois salários mínimo (10%), apenas 7% declarou não ter nenhum rendimento e outros 7% diz receber mais de 4 salários mínimos, ficando claro que se convive com a desigualdade social e que essa diferença econômica implica em vários outros fatores sociais do indivíduo. Pontua-se como principal fator a falta de acesso a bens e serviços públicos e conseqüentemente à informação.



**Gráfico 4 – Fonte de Renda – Programa Eterno Jovens.**



**Gráfico 4 – Fonte de Renda – Município de Borebi.**

Como fonte de renda desta população, observamos uma diferença clara entre os dois grupos.

Falando do Programa Eterno Jovens, pode-se dizer que a fonte principal é a aposentadoria (30%) e a pensão por morte (46%), apenas 7% dos idosos são beneficiados com o BPC, outros 7% não tem fonte de renda e 10% do idosos a renda advêm do trabalho.

Classificamos como Pensão por Morte todo Benefício pago à família do trabalhador quando ele morre. Aposentadoria por idade é concedida a homens com mais de 65 anos e mulheres com mais de 60 anos de idade desde que tenham cumprido o período mínimo de contribuições mensais.

Sendo que a aposentadoria consiste na "brusca passagem de um tempo contratado e preparado (organizado em torno do trabalho) para um tempo livre e pode resultar em uma verdadeira desorientação temporal". Ela requer um condicionamento mental e social, que a grande maioria das pessoas não possui. Assim sendo, é uma etapa extremamente importante na vida dos indivíduos, pois não só coincide, para muitos, com a presença do envelhecimento bem como, é também um marco de mudança na dinâmica da família, o que implica em novos hábitos não só daquele que está se aposentando. É uma etapa que exige preparação.

Atentando-se ao gráfico que traça o perfil dos habitantes de Borebi, podemos concluir que quase metade da população pesquisada são beneficiadas com o BPC – Benefício de

Prestação Continuada (53%), que consiste em um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna.

O Estatuto do Idoso no Artigo 3º em suas Disposições Preliminares cita que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Dos 30 idosos pesquisados do município de Borebi 17% são aposentados, 10% dos entrevistados recebem pensão por morte, 13% trabalham e os outros 7% declararam não possuir nenhuma fonte de renda. Ficando claro as diferenças econômicas existente entre os dois cenários pesquisados, tanto no valor da renda, quanto a fonte de renda destes idosos, evidenciando a desigualdade social que permeia essas distintas realidades.

### **3.2.3 A efetivação do Estatuto do Idoso nos dois cenários em estudos e as ações do assistente social nessa realidade.**

É notável que o Brasil está deixando de ser um país jovem e isso se dá ao declínio da taxa de mortalidade infantil e a redução do índice de fecundidade. Faz-se necessário refletir sobre o processo de envelhecimento no Brasil, a fim que se possa aprimorar e aperfeiçoar o atendimento às pessoas idosas. O primeiro ponto da pesquisa é saber do idoso qual a sua concepção sobre envelhecimento, quais são os pontos positivos e negativos que vivem nessa fase de sua vida.

Pode-se observar que o indivíduo é um ser social e, durante seu desenvolvimento, passa por diferentes grupos: família, amigos, escola e trabalho. O idoso, no decorrer de sua vida, já transitou por todos esses grupos, devendo ter todas as condições internas e a necessidade de se filiar a um grupo de pessoas iguais a ele.

Os grupos dos idosos têm uma característica própria: à medida que os anos vão passando, as perdas em suas vidas são mais evidentes e os grupos exigem uma reestruturação. O que acontece é que, por uma série de razões, os indivíduos acabam não refazendo seus contatos e ficando sem seus grupos, sejam familiares, de trabalho, de lazer ou outros.

Portanto há uma grande necessidade de fazê-los participar de novos grupos e ajudá-los a se enquadrar naqueles que maior satisfação vão lhes proporcionar, favorecendo uma formação de vínculo com os elementos do grupo, os quais dão segurança, apoio, compreensão e liberdade entre si, assim se alcançará o desejado, que é dar condições aos integrantes dos grupos de se desenvolverem de maneira livre e saudáveis

Segundo Chaimowicz (1998, p. 92):

(...)é imprescindível investir em programas de suporte aos idosos e cuidadores, oferecimento de serviços como centros-dia e hospitais-dia e de apoio em áreas de alimentação, transporte, assistência médica, serviços de orientação e atividades culturais. Atividades preventivas e de reabilitação realizadas nas unidades de saúde são imprescindíveis para manter ou para resgatar a autonomia de idosos e poderão ter grande impacto na saúde dessa população.

Tendo como princípio a importância participação dos idosos em grupos de convivência social, perguntou-se aos sujeitos envolvidos na pesquisa se fazem parte de algum grupo social, e questionou-se o motivo que os levam a participar ou não de um grupo, obteve-se que:

*Eu participo sim! Do Programa Eterno Jovens. E participo porque o grupo me proporciona muitas mudanças na minha vida. Eu venho aqui todos sábados, participo de todos os*

*eventos. (Sujeito 1 – Programa Eterno Jovens, 71 anos, feminino).*

*Eu participo do Programa Eterno Jovens e do grupo do SESC. Eu gosto de ir porque é um dia que eu não tenho nada pra fazer, aí eu venho bater papo, jogar conversa fora e ver as amigas. (Sujeito 2 – Programa Eterno Jovens, 77 anos, feminino).*

*Eu não participo de nenhum grupo não! Não gosto muito de sair de casa. Gosto muito de conversar, ver as amigas, mais não participo de nenhum. Nem sei se tem aqui na cidade. (Sujeito 1 – Habitante de Borebi, 74 anos, feminino).*

*Não. Até tem um pessoal que se encontra para fazer ginástica de manhã mais eu nunca vou, sempre arrumo outra coisa para fazer. Mas acho que seria bom participar de um. (Sujeito 2 – Habitante de Borebi, 69 anos, feminino).*

De acordo com os depoimentos dos sujeitos, pode-se observar que os idosos que estão inseridos em algum grupo conseguem perceber a importância destes em seu cotidiano, tendo-o como algo que proporciona mudanças na vida pessoal afastando-os da monótona rotina do dia-a-dia.

Por não participarem de nenhum grupo, os idosos que não estão inseridos em um meio de convivência social acabam perdendo a oportunidade de se relacionarem com outras pessoas iguais a eles, com experiências e realidades diferentes, mas com a mesma necessidade de criarem vínculo sociais, a fim de banir ou suprir algo, com o único desejo de se reestruturarem psicologicamente e socialmente.

Na sequência perguntou-se aos sujeitos participantes da pesquisa qual o significado de ser idoso para eles, e as respostas foram às seguintes:

*Para mim idoso é diferente de velho. Porque velho é a pessoa que não faz nada e idoso é a pessoa que procura fazer as coisas. (Sujeito 5 – Programa Eterno Jovens, 77 anos, feminino).*

*É participar de tudo. Porque todo mundo sabe que o Brasil vai ser um país idoso, não é mais dos jovens. (Sujeito 1 – Programa Eterno Jovens, 71 anos, feminino).*

*Idoso é uma pessoa que já sofreu muito, mas teve bons momentos. Já tá mais fraco, mais invalido, mas ainda tem alegria e ideia boa, fazendo com que a vida continue sempre mesmo com as dificuldades. (Sujeito 1 – Habitante de Borebi, 74 anos, feminino).*

*Para mim idoso não é só uma pessoa velha, também é uma pessoa que tem saúde. Não sei responder direito. (Sujeito 3 – Município de Borebi, 73 anos, feminino).*

É comum e frequente associar o idoso à adjetivos como chato, implicante, deficiente e invalido, esquecendo toda sua experiência e sabedoria e que, principalmente é um cidadão portador de direitos e deveres.

A concepção de idoso varia de idoso para idoso. Cada um cria sua concepção baseando-se em sua história de vida e consegue-se ver claramente essa diferença nos relatos dos sujeitos. Os idosos do Programa Eterno Jovens conseguem ter uma visão além daquilo que já viveram, conseguem associar o idoso a uma concepção moderna e atual do envelhecimento, associando-o a uma pessoa ativa e independente, já os idosos do município de Borebi se prendem totalmente à sua realidade sem ter uma visão ampla do significado do idoso.

Segundo Zimmerman (2000, p. 28):

É preciso acabar com essa mentalidade. Ser velho não é o contrário de ser jovem. Envelhecer é simplesmente passar para uma nova etapa da vida, que deve ser vivida de maneira mais positiva, saudável e feliz possível. É preciso investir na velhice como se investe nas outras faixas etárias.

O envelhecimento é um processo universal, inerente a todos os seres vivos. Segundo a Organização Mundial de Saúde é considerado idoso qualquer pessoa a partir de 60 anos de idade, tal consideração é válida para o envelhecimento fisiológico, o que não impede uma pessoa de ser social e intelectualmente ativa.

É um processo natural que ocorre ao longo de toda a experiência de vida do ser humano por meio de escolhas e circunstâncias. O preconceito contra a velhice e a negação da sociedade quanto a esse fenômeno colaboram para a dificuldade de se pensar políticas específicas para esse grupo.

De acordo com Zimmerman (2000, p. 32):

É preciso ver o envelhecimento como um processo que vai ocorrendo de forma gradual. Desde que nascemos estamos envelhecendo um pouco a cada dia. Uma pessoa não se torna velha de um dia para o outro, assim como não vai dormir criança e acordar adolescente nem o adolescente passa a ser adulto de repente.

Quando perguntou-se se ainda tinham algum sonho que gostariam de realizar, responderam:

*Meu Sonho? Ah! Meu sonho é viver muito ainda, para ver meus netos e bisnetos crescerem! (Sujeito 5 – Programa Eterno Jovens, 77 anos, feminino).*

*Meu maior sonho é conhecer o mundo inteiro. Viajar para um monte de lugares. (Sujeito 10 – Programa Eterno Jovens, 67 anos, feminino).*

*O meu sonho de hoje sabe o que é? É passar um domingo inteiro na Barra Bonita. Ir de manhã e só voltar a noite, andar de barco, passear o dia todo, almoçar e voltar só a noite. (Sujeito 1 – Município de Borebi, 74 anos, feminino).*

*Meu sonho é viver bem com todo mundo e viver em paz. (Sujeito 2 – Município de Borebi, 69 anos, feminino).*

Observando as respostas, conclui-se que a esperança de vida e a expectativa em cima desta é um ponto muito particular de cada idoso. Esse assunto não sofre influência dos aspectos econômicos ou sociais. Cada indivíduo baseia seus sonhos na sua realidade de vida, ligados restritamente à sua fase de vida, aos seus assuntos e problemas particulares.

Como cita Zimmerman (2000, p. 135):

A motivação, o estímulo do velho é viver bem e intensamente no presente, ter satisfação com a vida que leva agora e mostrar que pode e deve viver bem, deixando um modelo de velho feliz para os que um dia também serão idosos. Um importante estímulo é ver-se nos filhos, nos netos, nos amigos, nos alunos, nos colegas, deixar algo de bom para as gerações que vêm depois dele, um bom exemplo, sua herança, enfim. Para isso, seus estímulos são sua vida, a família, os amigos, manter atividades, criar, ter lazer, querer ver mais e aprender mais.

Sabe-se que o homem é um animal social e está em constante transformação e isso não seria diferente com a sociedade, que é formada pelas relações sociais e essas transformações ocorrem rapidamente, de geração para geração.

Segundo Freire e Sommerhalder (2000, p. 134):

Os pesquisadores têm chamado a sociedade contemporânea de “sociedade da informação” ou “sociedade do consumo”. É um tempo marcado pela velocidade com a qual as informações chegam a diferentes pontos, pela rapidez com que ocorrem as transformações sociais, por sua abrangência, e pela velocidade do surgimento de novas tecnologias e conhecimentos.

A sociedade contemporânea em que vive-se, precisamente o século XXI, é marcada por mudanças. Mudanças de paradigmas, mudanças culturais, socioeconômicas e de valores, que implicam necessariamente em uma readaptação do indivíduo em seu meio. Frente a tantas mudanças, que não deixam de interferir no afeto e no comportamento, o indivíduo em sua unicidade e a própria coletividade têm sentido os efeitos desses impactos.

Diante dessas mudanças ocorridas questionou-se os idosos se essas metamorfoses na sociedade atingem seu cotidiano, se eles enxergam essas mudanças e como encaram isso. E os depoimentos foram os seguintes:

*Sim a sociedade mudou muito. Tudo mudou. Mas tenho certeza que essas mudanças foram para melhor. Mas não mudou nada no meu jeito de viver. Continuo vivendo do meu jeito e me adaptando as mudanças que são muitas, hoje é tudo mais fácil. (Sujeito 10 – Programa Eterno Jovens, 67 anos, feminino).*

*Com certeza! Tudo está diferente. Mas a gente acaba se adaptando as mudanças, porque senão não tem como continuar vivendo. (Sujeito 9 – Programa Eterno Jovens, 71 anos, feminino).*

*Ah mudou sim. Hoje é tudo diferente, principalmente no namoro. E eu acho que hoje é melhor em algumas partes, porque antes se respeitavam mais as pessoas. Mas eu aprendo*

*com as coisas novas e tento ser feliz. (Sujeito 1 – Município de Borebi, 74 anos, feminino).*

*Mudou muito, antes tudo era difícil, mais complicado. Hoje tem mais conforto e mais respeito, antes não tinha isso. (Sujeito 6 – município de Borebi, 70 anos, feminino).*

Fica claro com os relatos que os idosos conseguem enxergar todas as mudanças ocorridas na sociedade e procuram de alguma maneira se adaptar a elas como um meio de sobreviverem a essas transformações e não se sentirem excluídos.

Segundo Barros (2003):

Os avós passaram por mudanças significativas ao longo da vida, não só porque ocuparam lugares diferentes na família, mas também porque modificaram suas formas de pensar e agir na medida que acompanharam as transformações sociais mais amplas da sociedade e realizaram modificações profundas nas maneiras de compreender e vivenciar as próprias relações familiares.

O idoso é condicionado a aceitar as mudanças que ocorrem ao longo de sua vida para se adaptar à sociedade contemporânea.

É necessário entender que para eles ainda há uma indignação perante essas mudanças, não se conformando com certas coisas, mas aceitando, pois têm de se adaptarem à sociedade para não intensificar mais ainda o processo de exclusão que diariamente tentam superar.

A adaptação feita pelos idosos deve ser analisada em dois aspectos. O aspecto negativo é que esses sujeitos abdicam de seus desejos mais profundos para assim não serem excluídos e construírem uma vida mais harmônica em suas relações sociais. E o aspecto positivo, é que os idosos contemporâneos se vêm em uma fase da vida onde conseguem viver seus dias felizes com muita força de vontade e disposição, sendo pessoas ativas e conhecedoras de seus direitos, se sentem mais independentes, vêm a evolução e transformação ocorrida para essa

fase da vida como um ponto positivo no aspecto de assim conseguiram conquistar o seu espaço e quebrar tabus.

É importante considerar que toda evolução que resulta em uma transformação do ser enquanto pessoa para melhores condições de vida é positiva.

Segundo Freire e Sommerhalder (2000, p. 134):

Envelhecer nos tempos modernos pode significar um presente da alta tecnologia, de corrida contra o tempo, de produção e renovação de conhecimentos. Mas, para vislumbrarmos um futuro em possamos viver como pessoas felizes, como cidadãos dignos e atuantes, é preciso não desprezar as vivências do passado, boas ou ruins, que dera certo ou não, pois elas podem gerar a força necessária para vivermos o amanhã. Além disso, é necessário olhar para dentro de nós mesmos para as pessoas à nossa volta, a fim de resgatarmos as relações interpessoais e a confiança em nós mesmos. E nos outros.

Quando questionou-se os sujeitos sobre a forma que o idoso está sendo tratado nos dias de hoje e se na sociedade atual eles tem mais espaço e são mais respeitados, obteve-se os seguintes relatos:

*Sem dúvida nessa sociedade o idoso tem mais espaço. Hoje é tudo mais prático. E acho que ainda não somos tratados como deveríamos ser, tem muita falta de consideração. (Sujeito 8 – Programa Eterno Jovens, 60 anos, feminino).*

*Eu sou bem tratada nos lugares que frequento, me tratam com respeito. E os idosos tem mais espaço sim, antes nem falavam tanto de idoso como hoje. (Sujeito 2 – Programa Eterno Jovens, 77 anos, feminino).*

*O hoje o idoso recebe mais atenção. Se alguém fica doente fazem de tudo para ele. Antes era mais difícil, hoje respeitam mais. (Sujeito 1 – Município de Borebi, 74 anos, feminino).*

*O hoje o idoso tem mais espaço sim, antigamnte nem ligavam para nós. Deixavam os idosos de lado (Sujeito 3 – Municipio de Borebi, 73 anos, feminino).*

Nota-se que, embora precise melhorar, a sociedade vem se adaptando a essa nova faixa etária, voltando seus olhares e atenção para eles, fazendo com que esses se sintam mais valorizados e respeitados e aos poucos descubram seu papel na sociedade.

Na sociedade contemporânea, as relações entre os homens são menos valorizadas que as relações dos homens com as coisas. Sendo assim, a ética contemporânea é resignada pela camuflagem da passagem do tempo, sendo estimulada a eterna juventude e a exigência de conservação e valorização do capital corpo. Os imperativos da ética da felicidade são juventude, saúde, elegância, lazer e sexo. Porém, a população foi envelhecendo e atualmente a realidade que se pode visualizar é de uma sociedade com uma proporção muito elevada de pessoas mais velhas e isso reclamou que os governantes e a própria sociedade civil identificassem essa nova demanda de população envelhecida como sujeitos ativos, e na verdade, essa nova ordem surgiu justamente por uma estratégia oposta ao do sistema capitalista, ou seja, de inclusão de todos no processo, reconhecendo suas diferenças e possíveis contribuições.

Não se pode considerar o Brasil como uma nação de jovens. Este fato fez com que as atenções se voltassem para essa nova idade que cresce no país, dando a eles possibilidades, através das políticas públicas, condições de terem uma mais vida digna e igualitária.

Em 1994 foi estabelecida a Lei nº8.842, denominada Política Nacional do Idoso, a partir daí foram criadas normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa lei foi reivindicada pela sociedade, sendo resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos Estados, nas quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades representativas desse segmento. A Política

Nacional do Idoso objetiva criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecendo. Respalda-se na Política Nacional do Idoso (1994), a Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

O Estatuto do idoso foi criado em 2003, com a Lei nº10.741 e cuida preferencialmente de garantir ao idoso todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

O Estatuto do Idoso (2003) sinaliza:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. [Art. 2º].

Sendo o idoso uma pessoa protegida por lei, portadora de direitos, perguntou-se para os sujeitos envolvidos na pesquisa se conhecem ou já ouviram fala sobre o Estatuto do Idoso, e os relatos foram os seguintes:

*Já ouvi fala sobre o Estatuto sim! Mas acho que ainda falta coisa nele e quase tudo que tem escrito lá ainda não acontece, fica só no papel. (Sujeito 10 – Programa Eterno Jovens, 67 anos, feminino).*

*Já fazem 27 anos que ouço falar em Estatuto do Idoso, desde que me tornei uma idosa! (Sujeito 2 – Programa Eterno Jovens, 77 anos, feminino).*

*Não. Eu nunca ouvi falar não, de verdade. (Sujeito 1 – Município de Borebi, 74 anos, feminino).*

*Nossa não sei o que é e nunca ouvi falar. (Sujeito 4 – Município de Borebi, 71 anos, feminino).*

Logo após indagou-se aos sujeitos sobre direito social. Se conhecem, já ouviram falar ou sabem citar alguns, e as respostas obtidas foram:

*Tudo que você tem de direito, você tem que luta pelo seus direitos que são muitos. (Sujeito 3 – Programa Eterno Jovens, 72 anos, feminino).*

*Sei, são todos os direitos que nós temos! Os direitos dos idosos e outros também. E temos que saber cobrar os nossos direitos. (Sujeito 1 – Programa Eterno Jovens, 71 anos, feminino).*

*Não eu não sei o que é. (Sujeito 4 – Município de Borebi, 70 anos, feminino)*

*Eu não sei o que significa direito social não. (Sujeito 1 – Município de Borebi, 74 anos, feminino).*

Nota-se claramente neste tópico que as diferenças existentes entre os grupos não se restringem apenas à renda familiar e participação social, mas também ao nível de informação que cada tem ou recebe.

O direito à informação no contexto dos direitos sociais entende-se como um recurso contributivo para a efetivação dos direitos sociais. Define-se a informação e o conhecimento como um fenômeno social, produto e componente determinante nos processos de reprodução social. O valor social da informação e a sua efetividade na criação de oportunidades de

transformação determinam a aproximação entre o direito à informação e os direitos sociais, justamente pela potencialidade dessa informação em favorecer as oportunidades de autonomia, os processos de participação, e as escolhas dos sujeitos e de seus coletivos.

O direito à informação é um instrumento de significativa importância para o desenvolvimento do Estado e da participação da pessoa no exercício da cidadania.

Neste sentido, Ana Graf (1998):

O direito às informações de que o Estado dispõe fundamenta-se no princípio da publicidade dos atos administrativos e na eliminação dos segredos públicos. Neste sentido, o direito à informação constitui um indicador significativo dos avanços em direção a uma democracia participativa: oponível ao Estado, comprova a adoção do princípio da publicidade dos atos administrativos; sob o ponto de vista do cidadão, é instrumento de controle social do poder e pressuposto da participação popular, na medida em que o habilita para interferir efetivamente nas decisões governamentais e, se analisado em conjunto com a liberdade de imprensa e banimento da censura, também funciona como instrumento de controle social do poder.

Os idosos integrantes do Programa Eternos jovens, embora não seja completa e ampla, têm uma noção ou até mesmo sabem o que é o Estatuto do Idoso e quais são seus direitos sociais.

Por estarem envolvidos em um grupo de convivência social e por terem condições econômicas mais favoráveis, estes idosos têm mais facilidade de acesso à informação e isso faz com que sejam idosos mais conscientes.

Os idosos do Município de Borebi ficam restritos à sua realidade, não tendo a oportunidade de conhecer e fazer valer seus direitos sociais, pois a falta de informação os deixam vulneráveis à efetivação dos seus direitos e acabam se tornando idosos submissos a opiniões e dependentes a pessoas, pois não podem reivindicar ou opinar por não possuírem conhecimento dos seus direitos, impedindo assim de tornarem-se emancipados.

Para finalizar a coleta de dados indagou-se para o profissional de Serviço Social responsável pelo Programa Eterno Jovens como ele avalia o direito a informação no processo de efetivação dos direitos sociais, se os idosos atendidos pelo programa possuem acesso aos serviços que oferecem informação. Obteve-se o seguinte relato:

Avalio como imprescindível a informação na busca e acesso aos direitos de todos os indivíduos, no que se refere ao idoso a relevância se faz no sentido de que os mesmos percorreram momentos em que as informações eram disseminadas em tempo onde todos podiam acompanhar por jornais e revistas, porém, no mundo atual e tecnológico as informações são divulgadas em tempo real e o mundo está à disposição na tela de um computador. Sem esquecermos que o Brasil perpassou um processo de redemocratização onde foram instituídos direitos e esse processo oferece impactos na vida de todos os cidadãos. Os idosos do grupo Eternos Jovens são munidos de informações em reuniões e palestras socioeducativas que desenvolvemos, além, das práticas de convívio, nas quais, os mesmos têm a oportunidade de socializar suas vivências e informações adquiridas. (Assistente Social – Programa Eterno Jovens, 36 anos, feminino).

Diante do estudo, destaca-se a importância da atuação do assistente no social no processo de efetivação de direitos sociais. Devendo o profissional estar comprometido com a criação e ampliação de espaços que facilitem toda população usuária a ter acesso à informação, sempre na perspectiva de garantia de direitos.

Como se verifica, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social do Grupo Eterno Jovens ocorrem no sentido da socialização das informações visando a efetivação dos direitos sociais da população idosa. O direito à informação é garantida através de leis que amparam os cidadãos, portanto é dever de todos os profissionais ampliarem o leque de socialização das informações.

#### 4. CONCLUSÃO

O estudo permitiu identificar as transformações sociais e verificar como essas metamorfoses influenciam no processo de efetivação dos direitos sociais, mais especificamente na efetivação do Estatuto do Idoso. Verificando que as mudanças sociais são vistas pelos idosos pesquisados como um avanço positivo e ao mesmo tempo negativo para a sociedade e que essas transformações não influenciam em seu modo de vida, mas trazem a necessidade de uma adaptação a essas mudanças para não intensificarem o processo de exclusão que diariamente tentam superar.

Através da pesquisa pôde-se observar que ambos os grupos pesquisados possuem idade entre 70 a 79 anos e que o estado civil prevalente no grupo Eterno Jovens é o de viúvo e no município de Borebi prevalece o divorciado.

Pesquisando a renda que sobressai entre os idosos, pôde-se observar que os idosos pesquisados do Programa Eterno Jovens possuem renda superior ou igual a 4 ou 5 salários mínimos, enquanto os idosos do município de Borebi sobrevivem com 1 salário mínimos apenas.

Verificando a fonte de renda dos sujeitos, constatou-se que a principal fonte de renda dos integrantes do programa Eterno Jovens é a pensão por morte e que a fonte de renda dos idosos habitantes de Borebi é o BPC, Benefício de Prestação Continuada, concedido pelo governo federal.

Diante dos dados, fica fácil identificar as diferentes realidades sociais vivenciadas pelos grupos pesquisados, mostrando que convive-se com a desigualdade social e verificando que as diferentes realidades implicam em vários outros fatores sociais do indivíduo, como a falta de acesso a bens e serviços públicos.

Os idosos inseridos no Programa Eterno Jovens avaliam a participação ao grupo como algo que proporciona mudanças em suas vidas afastando-os da monótona rotina do dia-a-dia e por não participarem de nenhum grupo, os idosos de Borebi que não estão inseridos em um meio de convivência social acabam perdendo a oportunidade de se relacionarem com outras pessoas iguais a eles, com experiências e realidades diferentes, mas com a mesma necessidade

de criarem vínculos sociais, a fim de banir ou suprir algo, com o único desejo de se reestruturarem psicologicamente e socialmente.

Cada idoso cria sua própria concepção de envelhecimento, baseando-a em sua história e realidade de vida. Os idosos do programa Eternos Jovens conseguem ter uma visão além daquilo que já viveram, conseguem visualizar o idoso numa concepção moderna e atual do envelhecimento, associando-o a uma pessoa ativa e independente, enquanto os idosos do município de Borebi se prendem totalmente à sua realidade sem ter uma visão ampla do significado do idoso muitas vezes associando-o a adjetivos como chato, inválidos, limitado, esquecendo toda sua experiência e sabedoria e que esse indivíduo é um cidadão portador de direitos e deveres como todos os outros.

As expectativas em relação ao futuro é um ponto que não sofre influência dos aspectos econômicos ou sociais, pois é um fator muito particular de cada indivíduo. Cada pessoa baseia seus sonhos na sua realidade, ligando-os restritamente à sua fase de vida, aos seus assuntos e problemas particulares.

Sabe-se que o homem é um ser social e está em constante transformação e isso não seria diferente com a sociedade, que é formada pelas relações sociais e essas transformações ocorrem rapidamente, de geração para geração.

No que tange às transformações sociais, concluiu-se que os idosos enxergam todas as mudanças ocorridas na sociedade e avaliam essas metamorfoses em dois aspectos distintos. O aspecto negativo que é a necessidade de adaptação dos sujeitos para não serem excluídos e construir uma vida mais harmônica em suas relações sociais. E o aspecto positivo, que é vivenciado pelos idosos contemporâneos que se vêm em uma fase da vida onde conseguem viver seus dias felizes, sendo pessoas ativas e conhecedoras de seus direitos, se sentem mais independentes, vêm a transformação ocorrida como um ponto positivo no sentido de que conseguiram conquistar o seu espaço.

Os idosos revelam, em sua maioria, que hoje os idosos são mais independentes e sabem reconhecer que se tem dado mais atenção a este segmento, pontuando que está melhorando o trato com idosos comparando a antigamente. O idoso tem mais espaço, prioridades e respeito, mas tem muito ainda que melhorar.

Concluiu-se que a sociedade está se preparando para trabalhar com essa faixa etária e isso dá-se ao fato de que há na população uma proporção mais elevada de pessoas mais velhas, surgindo a necessidade de tratar essa demanda de população como sujeitos ativos,

aumentando a inclusão destes indivíduos às políticas públicas, afim de garantir-lhes uma vida digna e igualitária.

Nesta perspectiva de transformação fica claro que as diferenças existentes entre os grupos pesquisados não se restringe somente à renda familiar e participação social, mas também ao nível de informação que cada um possui ou recebe, observando que o acesso aos direitos sociais fica restrito aos indivíduo que têm condições de acessá-los por meio de grupos de convivência ou programas sociais, ressaltando que os idosos integrantes num grupo social têm conhecimento do Estatuto do Idoso e têm consciência dos seus direitos sociais por meio de informações fornecidas pelo grupo.

Os idosos do Município de Borebi ficam restritos à sua realidade, não tendo a oportunidade de conhecer e fazer valer seus direitos sociais, pois a falta de informação os deixam vulneráveis à efetivação dos seus direitos e acabam se tornando idosos submissos a opiniões e dependentes de outras pessoas, pois não podem reivindicar ou opinar por não possuírem conhecimento dos seus direitos, impedindo assim de tornarem-se emancipados.

Quanto ao profissional do Serviço Social fica a responsabilidade de conscientizar essa população de seu papel, garantindo o seu lugar na sociedade, favorecendo as relações intergeracionais, potencializando a pessoa idosa a acreditar em si, redescobrando sua própria identidade, assumindo-se como uma pessoa necessária e imprescindível para a sociedade.

Tendo o Serviço Social uma atuação interventiva na realidade social, cabe ao profissional trabalhar em uma perspectiva de transformação, sendo mediador de informação a toda pessoa idosa na garantia de acesso aos seus direitos sociais, o que vem ocorrendo sistematicamente no programa Eterno Jovens.

Sendo assim, exalta-se que a hipótese do estudo foi totalmente comprovada, pois fica evidente que não é a situação econômica ou social do indivíduo que o impossibilita de se tornar um cidadão que acessa seus direitos sociais, mas sim a falta de informação que esse idoso tem sobre o determinado assunto.

O idoso que não possui acesso aos bens e serviços públicos são idosos pobres de informação e ficam vulneráveis à situações que aumenta o processo de exclusão social, pois só se pode reivindicar aquilo que se conhece.

Diante dos fatos e das realidades pesquisadas fica evidente que as transformações sociais é um ponto relevante neste processo de efetivação dos direitos sociais, uma vez que tais mudanças interferem direta e indiretamente na vida dos indivíduos e essas mudanças contribuem para o crescimento da desigualdade social e exclusão social.

O desafio para sociedade em geral e, de modo particular para os profissionais do Serviço Social, é a luta pela conscientização da população idosa, oferecendo a eles oportunidades de acesso aos direitos sociais e socialização de informação, a fim de torná-los idosos participativos e indivíduos conscientes de seus direitos garantidos em lei pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto do Idoso, exercendo sua cidadania através da participação social.

---

### REFERÊNCIAS:

BARBOSA, B. Falta de informação limita participação popular. Cidadania na internet. Rio de Janeiro, nov. 2003. Disponível em <http://www.cidadania.org.br/conteúdo.asp>. Acesso em 08.06.2010.

BARROS, M. M. L. Envelhecimento, Cultura e Transformações Sociais. In: PY, Ligia et al. **Tempo de Envelhecer: Percursos e dimensões psicossociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nau. 2004.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BUSSE, E. W.; BLAZER, D. G. **Psiquiatria geriátrica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BREDEMEIER, S. M. L. Conselho do Idoso como espaço público. Serviço Social & Sociedade. São Paulo IN: CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CABRERO, G. R. Para um novo contrato social: o desenvolvimento de uma reforma social no campo da União Europeia. In: MORENO, L. Madri: CSIC, 1997.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

CHAIMOWICZ, F. **Os idosos brasileiros no século XXI: demografia, saúde e sociedade**. Belo Horizonte: Postgraduate, 1998, p.92.

CRESS. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social**. 2 ed., São Paulo, 2005.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 15-16.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara Federal, 1988.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DEBERT, Guita. G. **A reivenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999.

EMILINO, J. Historia da Cidadania – Uma trilha de lagrimas. Site Pessoal: Salvador, Jul. 2003. Disponível em <http://www.emilianojose.com.br/artigos.phd>. Acesso em 10.05.2010.

ENGELS, F; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998, p.4.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Revista Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, Marco Zero, n. 24, p. 85-116, 1991.

FILHO, E. T. C.; NETO, M. P. **Geriatrics: fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FERREIRA, G. M; COELHO, I. M; BRANCO, P. G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERREIRA, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1991

FERNANDES, F. **As pessoas idosas na legislação brasileira: direito e gerontologia**. São Paulo: LTr, 1997

Freire, S. A; Sommerhalder, C. Envelhecer nos tempos modernos. In Neri, A. L.

Freire, S. A. **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus. p. 125-135. 2000

GRAF, A. C. B. O direito à informação ambiental, *Direito Ambiental em Evolução*. Curitiba: Juruá, 1998. Apud, GUERRA, S. **O direito à informação**. In: *Revista IberoAmericana de Direito Público*.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HERMANOVA, H. Novas Diretrizes nos países industrializados. In: **Organização mundial de saúde: Remoçar a velhice**. 1982.

HOBBSAWM, Erich. **A era dos extremos; o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. [http:// www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php). Acesso em 12. 04.2010.

IBGE. [http:// www.ibge.gov.br/cidadesat.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat.php). Acesso em 12.04.2010.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M.V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

KALOUSTIAN, S. **Família brasileira**: a base de tudo: 4. ed. São Paulo:Cortez, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito Antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

LEME, L. E. G. **O envelhecimento**. 3. ed. São Paulo: contexto, 2000.

LESSA, S. Contra-revolução, trabalho, classes sociais. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 75-86, 2001.

LOPES, R. **Saúde na velhice**: as interpretações sociais e os reflexos no uso dos medicamentos. São Paulo: EDUC, 2000.

LUNA, S. V. O falso conflito entre tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, 1988.

MARCONI, M A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MOTA, A. E. **O Serviço Social na contemporaneidade**: a “questão social” e as perspectivas ético-políticas, 2000. Disponível em: [www.cfess.org.br/Frentes\\_XXIX\\_EncNac\\_CFESSCRESS\\_Anexo2.htm](http://www.cfess.org.br/Frentes_XXIX_EncNac_CFESSCRESS_Anexo2.htm). Acesso em: 09. maio de 2010.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOSQUERA, J. **Educação**: novas perspectivas.Porto Alegre: Sulina, 1975.

NERI, M A. **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas: Papyrus, p. 25-27, 1995.

NERI, A. L. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas. Coleção Viva Idade.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

OLIVEIRA, F. S. **A implementação do Estatuto do idoso nas áreas de saúde e educação no Município de Ponta Grossa**. Dissertação de Mestrado, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, S. L. **Tratando de metodologia científica**. São Paulo SP. Pioneira Thomason Learning. 2002.

PALMA, L. **Educação permanente e qualidade de vida**. Passo Fundo: UPF, 2000.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PICKLES, et al. **Fisioterapia na terceira idade**. 2. ed. São Paulo: Santos, 1998

PORTELLA, M. R. **Grupo de terceira idade: a construção da utopia do envelhecer saudável**. UPF, 2004

RODRIGUES, R. **Como cuidar dos idosos**, 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

SALGADO, M. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Sesc, 1991.

SANT'ANNA, M. J. A Velhice que se aprende na escola, um perfil de seus usuários. In VERAS, R. **Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – UERJ – UnATI, 1995, p. 75-102.

SECCO, C. L. **Passos e compassos**. No ritmo de envelhecer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SEVERO, L. R. Idade Cronológica: mera questão referencial no processo de envelhecimento. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**.

Porto Alegre: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento da PROREX/UFRGS, 1999, p. 35-47

SILVA, T. M. A imagem do envelhecimento. **Psicologia Argumento**, ano 17, n. 24, abr. 1999.

SISHIROLLO, L. **Dialética**. Lisboa: presença 1980. p 247

TELLES, V. Questão social: afinal do que se trata? In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, 1996, p. 85-95.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDERVOORT, A. A. Alterações biológicas e fisiológicas. IN: PICKLES, **Fisioterapia na terceira idade**. São Paulo: Santos, 2000.

VERAS, R P. A longividade da população: desafios e conquistas. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n 75 p. 5-14, 2003

YAZBEK, M. C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo.** Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, p. 89 – 99, 1999.

ZIMERMANN, G. I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo** – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.